

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Frentes se organizam para regulamentar reforma tributária 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita adota tributação menor para ganho com variação cambial em venda de empresa
..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Exportações de ouro caem após novas regras contra mercado ilegal 6

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tida como prioritária, área social teve menos espaço na agenda do presidente 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O árduo trabalho para manter as contas públicas em ordem - LUIZ SCHYMURA 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

No palanque, presidente da Câmara se fragiliza 13

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência: uma conta que não fecha (Artigo) 14

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Julgamento do fator previdenciário completa 25 anos no STF (Previdência) 15

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Toffoli agora mira Transparência Internacional 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Ajustar a previdência do jeito certo - RAUL VELLOSO 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Dweck prevê "agenda comum" para reforma administrativa 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula afaga parlamentares 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prioridades do Parlamento 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ofensiva contra a reoneração da folha 25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira retorna com discurso de recados ao governo.....	27
O GLOBO - RJ - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
"Conquistas como a desoneração (da folha) não podem retroceder".....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Mensagem do governo foca em agenda econômica.....	30
O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Planalto vê pressão de Lira para emplacar sucessor na Câmara com apoio de Lula.....	32
PORTAL R7 - NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Fazenda lança site com leis complementares da reforma tributária sobre o consumo (Capitalist)	34
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo fará PL para reoneração.....	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Ministra fala em reajuste a servidores neste ano caso arrecadação aumente.....	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Contas externas registram déficit de US\$ 28,6 bilhões.....	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
OCDE mantém previsão de alta de 1,8% para o PIB.....	39
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Governo terá sistema para avaliação de serviço público.....	40
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Gastos de turistas no Brasil têm maior patamar desde 1995.....	41
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Com US\$ 28,6 bi, déficit na conta corrente de 2023 é menor em 6 anos.....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Desidratado, plano de Milei gera dúvidas sobre impacto fiscal.....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Protesto contra a fome na Argentina.....	44
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar e juros sobem com economia resiliente nos EUA.....	45

Frentes se organizam para regulamentar reforma tributária

Julia Lindner

O presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), apresentou um requerimento de informação à Mesa Diretora da Câmara para tentar forçar o governo a fornecer o cronograma e o plano de trabalho dos 19 grupos de trabalho (GTs) criados com Estados e municípios para a regulamentação da **reforma tributária**. Passarinho também cobra a participação da sociedade civil ou de parlamentares como ouvintes nas reuniões dos GTs.

"O grupo reunido para elaborar os projetos de Leis Complementares que regulamentarão a **reforma tributária** é composto exclusivamente por membros representantes do governo federal, dos Estados e municípios, sendo a maioria de seus membros parte da **Receita Federal**."

Desse modo, entendemos que não há representatividade daqueles que são mais impactados com o novo regime tributário, ou seja, os contribuintes", diz o deputado no documento.

"É evidente a necessidade de inclusão da sociedade civil no processo de regulamentação da **reforma tributária**, dado que essa impacta diretamente o bem estar de todos os brasileiros. Se não possível a participação como contribuintes de sugestões técnicas, que seja possível no mínimo o acompanhamento das discussões como ouvintes", continua Passarinho em outro trecho.

Algumas frentes parlamentares, incluindo a FPE, tentam se antecipar ao governo ao apresentar propostas alternativas para regulamentar os novos **impostos** criados pela **reforma tributária**.

A iniciativa conta com o apoio de alguns setores que serão impactados pelas mudanças.

Para isso, deputados e senadores organizaram 19 grupos de trabalho, em formato similar ao feito pelo governo no mês passado.

Liderados por frentes parlamentares ligadas ao agronegócio e comércio, os grupos contam com representantes de entidades do setor produtivo, como Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), e

das empresas, como Renner.

Também estão inscritas a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac), a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvtex), e a Associação Brasileira das Companhias de Capital Aberto (Abrasca).

Existem grupos criados para analisar pontos da reforma como imunidades tributárias, regimes específicos, Comitê Gestor, Imposto Seletivo, importação e cashback.

Em 12 de janeiro, o governo criou os grupos de trabalho com Estados e municípios. Os GTs vão elaborar no prazo de 60 dias anteprojetos para regulamentar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O primeiro é um tributo de competência da União, e o segundo, dos entes.

A partir da promulgação da lei, em 20 de dezembro, o Executivo tem até 180 dias para enviar os projetos de leis complementares ao Legislativo.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), no entanto, deseja que os textos cheguem o quanto antes para que haja tempo de os parlamentares discutirem as matérias. No Executivo, a intenção é terminar as propostas até março.

Conforme mostrou o Valor, pelo menos 71 pontos da **reforma tributária** precisarão ser detalhados em leis complementares.

Ao menos três projetos de lei devem ser enviados ao Congresso Nacional: um com a regulamentação geral dos novos **tributos**, outro sobre o comitê gestor do IBS e um terceiro para o Imposto Seletivo. Os demais temas serão inseridos nesses projetos ou em um quarto ou quinto.

"Entendemos que não há representatividade dos que são mais impactados"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187783>

Receita adota tributação menor para ganho com variação cambial em venda de empresa

Beatriz Olivon De Brasília

A variação cambial de pagamento parcelado decorrente da venda de participação societária no Brasil por contribuinte que está no exterior não deve ser tributada como ganho de capital, mas como rendimento a título de juros - cuja alíquota pode ser menor. Esse é o entendimento da **Receita Federal**, conforme a Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 2, publicada recentemente.

A tributação de rendimento de capital a título de juros é feita por meio de alíquota fixa de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). No ganho de capital, há variação entre 15% e 22,5%, a depender do valor da parcela.

No caso, o Fisco aplicou as regras de tributação de não residentes.

A alienação a prazo foi realizada quando o contribuinte ainda era residente no Brasil, mas os pagamentos foram recebidos quando já não era mais.

A **Receita Federal** já havia sinalizado entendimento nesse sentido nos anos de 2004 e 2008. Porém, em soluções de consulta de efeito individual apenas. Agora, a orientação deve ser seguida por todos os auditores fiscais do país.

Ela esclarece ainda que, em caso de falta de retenção, o imposto terá que ser pago pelo procurador no Brasil do beneficiário residente no exterior.

A consulta foi feita por uma pessoa física que não é residente no Brasil desde 27 de janeiro de 2021. Mas, antes disso, em 2019, realizou alienação a prazo de participação societária em empresa brasileira a uma companhia estrangeira sediada em Londres. Os pagamentos teriam ocorrido nos anos de 2019, com a celebração do contrato, 2021 e 2022, após a conversão em reais nas respectivas datas de pagamento.

A pessoa que fez a consulta apurou e pagou o IRPF devido sobre o ganho de capital nos anos calendários de 2019, 2021 e 2022, conforme o recebimento das parcelas, mas viu que os valores efetivamente recebidos em 2021 e em 2022 sofreram variação

cambial positiva em função da apreciação do dólar.

O IRPF devido em 2021 e 2022 foi apurado considerando como valor de alienação os totais recebidos em reais, ou seja, com a variação cambial embutida. Algum tempo depois, o contribuinte ficou em dúvida se a majoração das parcelas recebidas em 2021 e 2022 deveria compor o valor da alienação na apuração do IRPF devido sobre ganho de capital.

Na solução de consulta, a **Receita Federal** respondeu que o acréscimo referente à variação cambial, embutida nos recebimentos em 2021 e 2022, deve ser tributado de forma apartada dos valores originais em reais dessas parcelas correspondentes à taxa de câmbio na data da alienação. O Fisco explicou que, apesar de o Decreto nº 9.580, de 2018 (RIR 2018), só mencionar juros, a Instrução Normativa nº 84, de 2001, ampliou o escopo para equiparar aos juros quaisquer reajustes nas parcelas ocorridos entre a data da celebração do contrato e os efetivos pagamentos.

"Devem ser aplicados os dispositivos da **legislação tributária** do IRPF e IRRF que tratam do recebimento de juros e demais rendimentos no Brasil por pessoa física residente no exterior", diz a **Receita Federal** na solução de consulta.

Pela regra, o pagamento das segunda e terceira parcelas deveria ter sido quebrado em duas partes, sendo uma referente ao valor original em reais e a outra correspondente apenas ao acréscimo em função da variação cambial. Sobre o valor bruto do acréscimo, deveria ter sido retido e recolhido o IRRF, calculado à alíquota de 15%.

Tratando-se de alienação de bem localizado no Brasil, a legislação brasileira estabelece a equiparação do tratamento fiscal dos ganhos de capital auferidos por residentes brasileiros e não residentes.

A Receita reforça, na solução de consulta, que é devido o Imposto de Renda sobre o ganho de capital sempre que o bem ou direito alienado esteja localizado no território brasileiro, ainda que o adquirente não seja residente no país. No caso, quem comprou a participação societária é residente no exterior.

Não tendo ocorrido a retenção do IRRF, cabe ao procurador no Brasil do residente no exterior,

beneficiário do rendimento, apurar e pagar o imposto calculado à alíquota de 15%. Ela deve incidir sobre o acréscimo decorrente da variação cambial, quando o procurador não der conhecimento à fonte de que o proprietário do rendimento reside ou é domiciliado no exterior.

De acordo com Jorge Lopes, do escritório Pinheiro Neto Advogados, o entendimento é bom para o contribuinte. Isso porque a tributação de ganho de capital se dá nas alíquotas entre 15% e 22,5%, a depender do valor envolvido, enquanto pelo entendimento da Receita a tributação fica em 15%, independentemente do valor.

"Havia um certo receio por parte de quem paga, muita gente ficava desconfortável em tomar o risco", afirma. Ainda segundo o advogado, apesar de a solução de consulta ter sido proposta por pessoa física, o entendimento vale para pessoas jurídicas.

Para o advogado tributarista Leonardo Roesler, sócio do RMS Advogados, se antes havia alguma ambiguidade ou inconsistência na aplicação da retenção do IRRF sobre pagamentos relacionados à variação cambial positiva a residentes no exterior, a solução de consulta esclarece que essa retenção é obrigatória e estabelece a alíquota de 15%. "Isso pode significar uma mudança nas práticas de retenção de **impostos** para algumas empresas, requerendo uma revisão dos procedimentos de pagamento ao exterior", diz.

Caio Malpighi, do escritório VBSO Advogados, destaca que a novidade é ser uma manifestação da Cosit, portanto, vinculante.

No caso concreto, a aplicação de regras de tributação de não residentes foi muito benéfica para o contribuinte. No entanto, acrescenta, "para um contribuinte sujeito às regras gerais de tributação de rendimentos, poderia ser mais vantajosa a tributação pelo ganho de capital".

"Entendimento da **Receita Federal** vale também para pessoas jurídicas" Jorge Lopes

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187783>

Exportações de ouro caem após novas regras contra mercado ilegal

Marcos de Moura e Souza

O Brasil encolheu no ano passado como exportador de ouro.

As empresas que operam no país venderam para o exterior cerca de 20 toneladas a menos do que em 2022 e faturaram cerca de US\$ 1,5 bilhão a menos com essas operações.

Em 2023, mineradoras e também empresas autorizadas a comprar ouro de garimpos exportaram 77,7 toneladas, o que representou US\$ 3,48 bilhões.

Em 2022, haviam sido 96,3 toneladas e US\$ 4,9 bilhões.

Nos últimos anos, as vendas externas de ouro vinham oscilando entre 90 e 100 toneladas. É o que mostra um levantamento feito pelo Valor com base nos dados disponíveis no site Comex Stat, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

No ano passado - mesmo com a cotação do metal em alta -, o volume enviado para fora do país foi o mais baixo desde 2017, quando as exportações do metal tinham ficado em 75,5 toneladas.

Parte desse recuo tem relação com uma decisão da mineradora multinacional Anglo Gold Ashanti.

A empresa anunciou em agosto a suspensão das atividades de suas minas, localizada em Santa Bárbara (MG). Na época, a companhia disse que a mina vinha registrando resultados operacionais negativos. A Anglo Gold Ashanti é a segunda maior produtora de ouro do Brasil.

Mas há outra razão por trás da forte diminuição das exportações de ouro no país.

No ano passado, entraram em vigor novas regras para conter a extração e venda de ouro de origem ilegal, principalmente em terras indígenas na Amazônia.

Empresas autorizadas pelo Banco Central - as Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs) - a adquirirem o metal produzido em garimpos passaram a ser obrigadas a emitir nota fiscal

eletrônica em suas compras.

Outra novidade foi o fim do conceito de boa-fé ao qual essas empresas podiam recorrer quando compravam ouro de garimpeiros.

As duas medidas afetaram o segmento do ouro de garimpo e não o segmento das grandes mineradoras, que já adotavam medidas de controle mais rígidas.

A ausência de notas fiscais eletrônicas e da boa-fé eram consideradas duas brechas para que ouro de garimpos clandestinos, geralmente de terras indígenas, fosse adquirido como ouro vindo de áreas com Permissões de Lavras Garimpeiras (PLGs). E, assim, entrasse na cadeia legal do comércio e das exportações de ouro brasileiras.

"Antes dessas mudanças, quase a totalidade do ouro ilegal produzido no país acabava entrando nas estatísticas oficiais de exportação", diz Larissa Rodrigues, pesquisadora da área de recursos naturais do Instituto Escolhas, instituição que tem feito levantamentos e sugerido medidas para o maior controle sobre o ouro de garimpos.

Ela reitera a importância de regras que reduzam o fluxo de ouro de origem ilícita no país e alerta que mais medidas são necessárias.

Garimpos são responsáveis por uma fatia significativa do ouro produzido e comercializado no Brasil. De acordo com o último Anuário Mineral, produzido pela Agência Nacional de Mineração (ANM), 32.434 kg de ouro de garimpos foram produzidos e vendidos. Os dados se referem à edição de 2022 do anuário, que compila dados de 2021.

O quanto dessa produção pode ter vindo de garimpos ilegais - e "esquentado" como se tivesse vindo de garimpos legais - é uma incógnita.

Mas autoridades e estudiosos apontam que uma parte importante dessa produção tem sido contaminada por ouro ilegal. Segundo o anuário de 2022, as mineradoras que operam no país foram responsáveis por 62.198 kg de ouro produzidos e comercializados.

Quase todo o ouro produzido tanto nas minas do Brasil (cujas operações que acessam camadas mais

profundas do subsolo) quanto nos garimpos (que acessam camadas mais superficiais) é exportado para produção de barras usadas como investimento e reservas estatais, ou para atender às joalheria e a outras indústrias.

As medidas de aperto ao segmento do ouro oriundo de garimpos do Brasil vieram após a crise humanitária na terra indígena yanomami, em Roraima.

No início de 2023, circularam imagens de indígenas famélicos e doentes, afetados pela presença destrutiva de garimpeiros em suas terras.

O governo federal lançou uma ampla operação policial para a retirada dos invasores na terra indígena e o debate sobre medidas para impor mais controle ao negócio de ouro garimpeiro ganhou força.

Além da nota fiscal eletrônica e da boa-fé, três projetos de lei tramitam no Congresso Federal.

Dois empresários de DTVMs que negociam ouro de garimpo afirmaram à reportagem que a **Receita Federal** também apertou, no segundo semestre de 2023, as medidas em relação à liberação de remessas de ouro oriundo de garimpo para a exportação. E que isso, segundo eles, também teria contribuído para a queda das exportações no ano passado.

A razão: nem todas as empresas que comercializam ouro de garimpo conseguem comprovar a origem legal do metal.

"A partir do momento que há mais fiscalização e que as regras ficam mais claras, a régua de risco que as empresas aplicam aumenta", diz Pedro Eugênio Procópio, diretor da Fênix, DTVM, que em 2022 havia adquirido cerca de 10 toneladas de ouro.

Em 2023, a empresa, que ainda não fechou os números, deve ter adquirido 6 toneladas.

A Fênix tornou-se uma das DTVMs que mais comercializam ouro no país. Além de ouro de garimpos, a empresa também compra de mineradoras.

E assim como outras DTVMs, a Fênix também esteve no alvo de Polícia Federal após uma denúncia de que um preposto da empresa comprava ouro de área sem permissão no Pará.

A empresa argumenta que já havia parado de comprar do fornecedor antes do início da investigação porque havia detectado sinais de irregularidades na origem do ouro. No ano passado, a empresa deixou de operar no Pará.

Procópio diz que a empresa já adota medidas internas de controle sobre a origem do ouro que adquire dos garimpos e que tem buscado implementar novos procedimentos.

As ações de maior escrutínio da Receita sobre as exportações de ouro de origem garimpeira são recebidas com críticas por DTVMs, que dizem que os procedimentos sufocaram as vendas nos últimos meses de 2023 e dificultaram as exportações.

A Receita, por meio de sua assessoria, diz: "A exportação de ouro é uma atividade que está sob rigoroso controle de riscos. A **Receita Federal** recomenda aos exportadores a participarem do Programa de Conformidade OEA, que promove agilidade ao comércio internacional e reduz significativamente os tempos de exportação".

A Receita também afirma que "tem o compromisso com a manutenção de diretrizes estritas à gestão de risco para combater fraudes ou ações que possam causar danos ambientais".

Esse novo ambiente de maior e necessário controle sobre a comercialização do ouro garimpeiro parece estar levando a uma reacomodação das peças nos garimpos de ouro pela Amazônia.

Por um lado, DTVMs, pressionadas pelas novas regras, diminuíram compras dos garimpos legalizados e alguns deles tiveram de suspender suas operações, diz Alex Macedo, analista técnica da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), que reúne, entre vários setores, o setor das cooperativas de garimpeiros.

Por outro lado, outros players ganham força.

"O problema é que esse momento de pressão aos canais de legais de compra de ouro acabou abrindo o apetite do comércio ilegal, que paga até um ágio por esse ouro", disse Macedo.

Autoridades e pessoas que acompanham o debate sobre ouro na Amazônia dizem que grupos ligados ao narcotráfico têm ampliado sua presença nos negócios com o metal. E também que grupos especializados em levar clandestinamente ouro para países vizinhos podem estar agora sendo o canal de venda para garimpos.

No fim do ano, Larissa Rodrigues esteve no Piauí, Rondônia, Mato Grosso e Pará. Conta que, mesmo com o aperto da fiscalização sobre a compra de ouro, não viu nenhum garimpo produzindo menos. E que, apesar das novas regras, há postos de compra de ouro comprando sem nota fiscal eletrônica.

"A nota disca eletrônica e o fim da boa fé são só os primeiros passos", diz Larissa. Sua avaliação - repetida por agentes da Polícia Federal, da Receita e de pesquisadores da área - é que o controle mais efetivo sobre o ouro de garimpo comercializado e exportado do Brasil se dará apenas quando um sistema de rastreabilidade estiver operando. Seria uma tecnologia capaz de demonstrar de que área foi extraído o ouro presente em uma determinada barra ou um lote semiprocessado do metal.

"O tema do controle do ouro avançou no ano passado mais do que nos últimos dez anos. Mas o governo precisa fazer um esforço para efetivar a criação de um sistema de rastreabilidade do ouro", defende ela.

Os três projetos no Congresso mencionam a necessidade de criação desse sistema de comprovação de origem, mas ainda não está claro qual tecnologia poderá vir a ser empregada no país.

"Esse é o ponto central dos projetos. Permitir que quando um importador adquirir ouro do Brasil [de origem garimpeira] saiba de que área veio aquele metal. Hoje, o importador - sejam as joalherias sejam as refinadoras - não sabe." Reino Unido, Canadá, Emirados Árabes Unidos, EUA e Índia são alguns dos países que têm importado ouro brasileiro.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187783>

Tida como prioritária, área social teve menos espaço na agenda do presidente

ALICE CRAVO alice.cravo@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA -

Apontada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma das prioridades de seu terceiro mandato, a área social tem recebido menos espaço na lista de compromissos diários do petista. Levantamento feito pelo GLOBO com base na agenda oficial divulgada pelo Palácio do Planalto mostra que ministros da área econômica tiveram três vezes mais encontros do que os titulares de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, pasta responsável pelo Bolsa Família.

Ao todo, Lula esteve em 51 oportunidades com os ministros Camilo Santana (Educação), Nísia Trindade (Saúde) e Wellington Dias (Desenvolvimento Social). Enquanto isso, foram 155 reuniões com os responsáveis pela Fazenda, Fernando Haddad; Planejamento, Simone Tebet; Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin; e Gestão, Esther Dweck. As informações são referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 1º de fevereiro deste ano.

Medidas de arrecadação e de reestruturação econômica, como a **Reforma Tributária** e o arcabouço fiscal, estiveram no centro das atenções do Planalto no ano passado, o que ajuda a explicar a configuração da agenda presidencial.

Outro setor que ficou em segundo plano foi o ambiental, encabeçado pelas ministras Marina Silva (Meio Ambiente) e Sonia Guajajara (Povos Indígenas).

Juntas, elas estiveram em 21 reuniões no gabinete presidencial, número 86% menor do que o volume de encontros com a área econômica.

As duas figuram entre os auxiliares menos recebidos pelo presidente até agora.

DESTAQUE NA CAMPANHA Políticas ambientais e sociais foram destaque na campanha de Lula à Presidência em 2022 e nos discursos ao longo do primeiro ano do novo mandato do petista. Em diversas ocasiões, o presidente destacou o esforço para a retomada das ações das respectivas áreas e a importância na agenda do governo.

Apesar disso, Marina, Guajajara, Nísia, Camilo e Dias

aparecem atrás de ministros à frente de áreas com menos destaque no discurso presidencial, como José Múcio (Defesa), responsável por apaziguar a relação de Lula com os militares, e Alexandre Silveira (Minas e Energia).

- Quando a gente pede mais dinheiro para uma coisa, tem duas formas de ter. Ou a receita cresce, ou tem que tirar de uma área para colocar na outra. Temos que fazer mágica para definir cada vez mais as prioridades, que são duas: Educação e Saúde. Em terceiro lugar, Cultura, porque sem cultura nenhum país vai a lugar nenhum - disse Lula na semana passada.

Outra pauta priorizada por Lula no primeiro ano de governo foi a internacional, o que se refletiu no número de encontros com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Ao todo, foram 36 agendas com a presença do chanceler, colocando-o como o sexto mais recebido pelo petista.

Vieira foi um dos principais articuladores para a retomada da agenda internacional do governo. Desde janeiro do ano passado, Lula já visitou 23 países na tentativa de recolocar o Brasil no debate internacional. O petista também viu estourar crises externas, como a guerra entre Israel e Hamas e o acirramento da tensão entre Guiana e Venezuela pela região do Essequibo, temas que demandaram tempo da agenda palaciana.

O terceiro mandato de Lula também foi marcado pela criação de pastas de forte apelo para base aliada e com destaque nos seus discursos eleitorais, como os ministérios de Mulher, Igualdade Racial, Esporte, Cultura e Direitos Humanos. Juntos, no entanto, os titulares das pastas tiveram apenas 43 encontros com o presidente.

Na Cultura, por exemplo, Lula defende que o setor seja um "vetor econômico do país", e liberou para a pasta um orçamento de R\$ 10 bilhões em 2023.

Entre os ministros ainda no cargo, André de Paula (Pesca) e Marcos Amaro (Gabinete de Segurança Institucional) são os que foram menos recebidos: três vezes cada.

André de Paula, um dos representantes do PSD na Esplanada, está no cargo desde o início da gestão,

enquanto Amaro assumiu o posto em maio do ano passado.

MINISTROS PALACIANOS O titular da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, termina o ano como o ministro que mais participou de reuniões no gabinete presidencial.

Ao todo, foram 128 registros na agenda de Lula desde o começo do ano.

Padilha é responsável pela articulação do Palácio do Planalto com o Congresso e passou por altos e baixos desde o começo do ano para garantir maior governabilidade para a terceira gestão do petista. O ministro também teve papel de peso na condução das duas reformas ministeriais realizadas por Lula até aqui para trazer o Centrão para o governo e ampliar o número de votos no Parlamento.

Recentemente, como mostrou o GLOBO, passou a sofrer o antagonismo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Em segundo lugar, aparece o ministro Rui Costa (Casa Civil), com 119 agendas, seguido pelo titular da Comunicação Social (Paulo Pimenta), com 94 agendas. Os três nomes que despontam no ranking trabalham do Palácio do Planalto e têm uma rotina de despachos praticamente diária no gabinete presidencial. Além de participarem da maior parte das discussões do governo, Rui Costa, Padilha e Pimenta também fazem reuniões semanais de "alinhamento" para cuidar das prioridades e estratégias do governo petista.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aparece em quarto lugar, com 72 passagens pelo gabinete. Além de cuidar de uma das pastas mais importantes para o sucesso do governo, ele também encabeçou a articulação com o Congresso Nacional de pautas prioritárias para o mandato de Lula, como o projeto que tratou do voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, a taxaçoão dos fundos offshore e a regulaçoão das apostas esportivas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O árduo trabalho para manter as contas públicas em ordem - LUIZ SCHYMURA

LUIZ SCHYMURA

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente E-mail luiz.schymura@fgv.br

Houve muito agito no campo fiscal ao longo do período que abrange o fim de 2022 e todo o ano de 2023. A "emenda da transição" (EC 126 de dezembro de 2022) é o marco do início da movimentação. Dentro do texto aprovado, duas medidas merecem registro: a normalização do volume das despesas discricionárias, impedindo o apagão da máquina pública; e a fixação, de forma permanente, do Bolsa Família num valor mais elevado, atendendo a um pleito que a cada dia ganhava mais adeptos entre os formadores de opinião e a classe política. Na sequência, houve a implementação do novo arcabouço fiscal, cujo papel crucial de "ancorar" as expectativas de solvência das contas públicas foi exitoso. Não parou por aí. Um grande pacote de medidas de reoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário também foi sancionado, e o ano se encerrou com uma rodada de redução de passivos fiscais: pagamento de precatórios atrasados e acordo com Estados sobre a indenização relativa à desoneração de ICMS que estava em vigor desde o governo anterior. Além disso, houve um importante feito: a tão aguardada emenda constitucional da reforma da tributação indireta foi finalmente aprovada.

Contudo, as várias ações realizadas no âmbito fiscal não se traduziram em melhora no resultado primário no ano passado. Na verdade, houve piora de 2,6 pontos percentuais (pp) do **PIB** no indicador, saindo de +0,5% em 2022 para -2,1% do **PIB** em 2023. Fator importante por trás dessa queda foi o pagamento em dezembro dos precatórios atrasados, da ordem de 0,85% do **PIB**, e a compensação aos Estados pelas desonerações de COMBUSTÍVEIS, algo próximo a 0,25% do **PIB**. Assim, sem esses dois desembolsos, o resultado primário teria sido de -1% do **PIB**. Montante que o Ministério da Fazenda imaginava entregar no fim do ano passado.

Dessa forma, expurgando os efeitos extraordinários dos precatórios e da compensação dos Estados, o resultado primário teria piorado, entre 2022 e 2023, 1,5 pp do **PIB**. É fácil constatar que esse tombo teve dois protagonistas: a queda da receita líquida em 0,9 pp do **PIB**, proveniente de fatores como a perda de

arrecadação com o setor extrativo mineral e o fim do ciclo de commodities; e o aumento de 0,6 pp do **PIB** devido à expansão do Bolsa Família.

As despesas discricionárias, por seu turno, que em 2022 atingiram o nível historicamente deprimido de 1,5% do **PIB**, encerraram 2023 em 1,7% do **PIB**, abaixo dos níveis pré-pandêmicos de 2019 e 2020.

Como se vê, no primeiro ano do atual governo foi dada uma cara nova ao campo fiscal. Diante do quadro positivo até aqui, o que esperar à frente? Pelo que tudo indica, este ano não será muito diferente do que se viu em 2023. A agenda fiscal continuará ocupando espaço expressivo do noticiário econômico. Embora muita coisa tenha sido realizada no ano passado, ainda há muito a ser feito. Seja como for, sem perder de vista as carências do país, é necessário perseverar num caminho que traga segurança quanto à estabilidade estrutural das contas públicas. Não é tarefa fácil. A trajetória tem que ser construída aos poucos, passo a passo. A manutenção do entendimento de que há solvência fiscal requer muito diálogo, muita negociação e, principalmente, ação.

Nessa linha, hoje duas matérias despontam na pauta de discussão e aguardam definição: a desoneração da folha salarial e a meta do primário para 2024.

Ambos os temas possuem nuances que extrapolam os aspectos simplesmente financeiros.

Quanto ao imbróglio da desoneração da folha de 17 setores produtivos, estendida pelo Congresso na contramão dos planos do Executivo, o desafio é grande. O ministro Fernando Haddad argumentou no programa "Roda Viva" sobre suas tratativas com as principais lideranças do Congresso Nacional: "Nenhum líder me disse que pretendia eternizar esse privilégio para 17 setores.

Alguém vai pagar por esses 17 setores, você vai ter que onerar outros setores para pagar a conta".

Pelo visto, a disputa gira em torno da definição de como será e em que velocidade se dará a retomada da reoneração da folha.

Os próximos dias serão marcados, portanto, pela negociação entre Executivo e Legislativo buscando

selar um acordo. Não resta dúvida que o objetivo de lado a lado é preservar o ambiente político favorável que tornou possível a aprovação da agenda tributária recente.

Como observa meu colega Manoel Pires, seja qual for o modelo de tributação da folha que venha a ser aprovado, ele deve ser compatível com a segunda fase da **reforma tributária**, relativa aos **impostos** sobre a renda e salários. A emenda da **reforma tributária** do consumo aprovada no ano passado determina que o governo encaminhe a reforma da tributação da renda até o fim de março.

Em relação à meta fiscal para 2024, por seu turno, tudo leva a crer que o alvo de zerar déficit primário não será atingido. A expectativa de mercado tem apontado para o resultado primário em torno de -0,8% do **PIB**. Assim, de acordo com o que foi estabelecido no novo arcabouço fiscal, o descumprimento da meta num ano acarreta penalidades no ano subsequente. De qualquer modo, independentemente do teor das restrições a serem impostas, parece não ser politicamente recomendável que, já no primeiro ano de vigência do novo instituto fiscal, os mecanismos de descumprimento sejam acionados. Além de que parece haver compreensão de parte expressiva dos agentes econômicos de que a meta pode ser "afrouxada". Mas em quanto? Essa é a questão a ser exaustivamente trabalhada para que seja respondida provavelmente em março.

No entanto, como lembra meu colega Bráulio Borges, em março não haverá ainda uma compreensão clara da arrecadação a ser obtida ao longo de 2024. Afinal, além da costumeira incerteza quanto ao comportamento da economia, há ainda dúvidas quanto ao potencial arrecadatório de mudanças importantes feitas em 2023 no arcabouço fiscal, como é o caso da retomada do voto de qualidade pelo governo no **Carf**.

Enfim, os desafios são grandes no campo fiscal, mas o cuidado e a atenção com o tema vêm crescendo a cada dia.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187783>

No palanque, presidente da Câmara se fragiliza

Maria Cristina Fernandes

Quando um integrante da linha sucessória da Presidência da República despreza encontros com os demais presidentes de Poderes e opta por um discurso em tom descalibrado para a plateia, é fragilidade que exhibe.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ainda passou recibo. Ao recitar tudo que a Câmara havia entregue para viabilizar o primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PEC da Transição, mudança no **Carf, reforma tributária** e redução na dedução do ICMS), Lira mostrou a pouca tinta de sua caneta.

Noves fora a regulamentação da **reforma tributária**, não tem mais em suas mãos projetos fundamentais para as contas do governo.

O poder de barganha se esvazia num ano em que tem pressa para arrancar suas demandas. Seja porque, em função das eleições municipais, se aproxima o prazo (abril) de vedação das transferências voluntárias da União, prejudicando a liberação de emendas, seja porque já foi dada a contagem regressiva para sua permanência na mesa diretora.

O presidente da Câmara teve seus movimentos limitados pela aliança do governo com o Supremo Tribunal Federal. É uma equação inversa daquela que viveu no governo Jair Bolsonaro.

Custa a encontrar um meio de driblá-la. Como Lira depende da Corte para sua sobrevivência na política, não pode se valer da PEC das decisões monocráticas para confrontar esta aliança.

Apelou à gratidão quando sabe que é a correlação de forças o lubrificante das engrenagens em Brasília. Ao verbalizar ameaças contra o Executivo sobre o que é capaz de fazer, suscita a dúvida de que tenha assim tanta bala na agulha. Já deixou sua retórica nos anais: "Deixo, humildemente, um importante recado: não subestimem esta mesa diretora".

Como a segunda parte de seu discurso tratou de desdizer a primeira ("não aprovaremos retrocessos de qualquer natureza"), o mais provável é que Lira esteja apenas dando início à sua campanha pela renovação da mesa diretora e pela vaga ao Senado em 2026.

Mostrou-se apto a liderar prefeitos e deputados ávidos pela liberação de suas emendas porque precisa de ambos mas o papel amesquinha o cargo que ocupa.

O governo pouco avançou além do seu eleitorado de outubro de 2022, melhorou a economia mas enfrenta problemas em setores, como a segurança pública, que adubam o bolsonarismo.

O Congresso, com a quantidade de recursos públicos destinados aos fundos eleitoral e partidário e emendas parlamentares, virou um poder concorrente na execução orçamentária. Só parece difícil que Lira possa rivalizar com um presidente palanqueiro como Lula num ano eleitoral.

O nó que Lula deu no governador de São Paulo, neste fim de semana, é um exemplo. Tarcísio de Freitas, assim como Lira, deve seu poder ao bolsonarismo, mas seu futuro político estará garantido se for capaz de superá-lo. O riso involuntário que o governador não foi capaz de conter ao ser cortejado pelo presidente da República no palanque de Santos é a rendição ao poder de sedução da política.

A investida do presidente da República para corroer o bolsonarismo pelas bases nessas eleições municipais não tem garantia alguma de sucesso, mas Lula mostra foco e estratégia. A perseguir na costura pelos bastidores, campo que já mostrou dominar com rara habilidade, o presidente da Câmara preferiu subir no palanque. Hesitante entre a ameaça e a humildade, vai ser difícil seduzir.

Ao listar projetos cruciais ao governo que pautou e aprovou, Lira passou recibo de um poder de barganha hoje esvaziado

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187783>

Previdência: uma conta que não fecha (Artigo)

Gilvan Araújo

Gilvan Araújo é doutor em Comunicação Social, jornalista, publicitário, sociólogo e professor das Faculdades Promove

O Brasil tem 39 milhões de segurados do **INSS** (Instituto Nacional de Seguro Social). O orçamento da **Previdência Social** é o maior do Brasil, são R\$ 935 bilhões previstos para este ano, sendo R\$ 895,7 bilhões só para pagar os benefícios previdenciários. A pesar disso, muitos reclamam de injustiças e exigem a correção de seus benefícios. Sobram reclamações e falta dinheiro, a conta não fecha.

De tempos em tempos, o governo federal promove reformas no sistema previdenciário, geralmente apertando as regras para que o número de aposentados e o valor das aposentadorias não cresçam. A última reforma foi feita em novembro de 2019 e elevou a idade mínima e o tempo de contribuição para se aposentar.

Apesar de tanto dinheiro envolvido no sistema previdenciário, o governo sempre reclama que os recursos são insuficientes para dar conta das despesas. Somente no ano passado, o déficit da Previdência foi de R\$ 270 bilhões. Difícil entender essa conta. De acordo com a própria Previdência, 80% dos aposentados recebem um salário mínimo (R\$1.412). Isso representa 31,2 milhões de beneficiados, que em valores monetários somam R\$ 44,05 bilhões. E tem mais, se todos os 39 milhões de aposentados do **INSS** recebessem o teto máximo de R\$ 7.786,02, o gasto da Previdência seria de R\$ 303,65 bilhões, menos da metade dos R\$ 895,7 bilhões usados para pagar os benefícios, mesmo se somarmos os outros R\$85 bilhões gastos com o pagamento de auxílio-doença.

De todo modo, quando mexemos nessas contas não conseguimos entender esse déficit no orçamento da Previdência. E olha que nem estamos falando da injustiça histórica que não dá aos trabalhadores que contribuíram durante toda vida acima do salário mínimo as correções de seus benefícios na mesma proporção do mínimo, ou seja, com algum ganho real. Por causa disso, só em janeiro deste ano, 350 mil trabalhadores tiveram seus salários reduzidos ao valor do salário mínimo. É assim que vão se criando

aquelas histórias, "meu pai aposentou com 10 salários mínimos e depois de alguns anos estava recebendo dois."

O único entendimento possível para essas disparidades de valores está nos privilégios concedidos pela Previdência durante décadas, oferecendo ótimos benefícios a determinadas categorias, como diplomatas, **servidores públicos** (que acumulam regimes próprios e o **INSS**), políticos e militares, enquanto excluiu as outras. Sem falar os acúmulos de aposentadorias. Para se ter uma ideia, os aposentados das Forças Armadas, Bombeiros e PMs estaduais recebem, em média, uma aposentadoria de R\$9.600. Um coronel do Exército pode receber R\$ 32 mil de aposentadoria. Imagine um general? Para manter alguns milhares de privilegiados recebendo muito acima do teto, milhões de trabalhadores que passaram a vida contribuindo acima do mínimo amargam a redução de seus salários a cada ano após aposentar. Uma vergonha, uma injustiça, um absurdo!

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/edicao/12475/d61d6d8108c205e44ea72fb2ae2d3ebbeb95b6911145fbc52d78f8c0c6d5405.pdf>

Julgamento do fator previdenciário completa 25 anos no STF (Previdência)

No segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criada em 1999 a regra do fator previdenciário. A lei 9.876, de 26 de novembro, foi preparada para desestimular aposentadoria precoce, já que até então não se levava em conta o requisito etário como variável ou condicionante da aposentadoria por tempo de contribuição. Um mês após ser publicada no Diário Oficial da União, não tardou para ser protocolado no Supremo Tribunal Federal pedido de inconstitucionalidade da regra. De lá para cá, diversos presidentes da República governaram o país. Este ano completa 25 anos que o caso ainda aguarda uma solução em definitivo pela corte. O relator do caso, ministro Nunes Marques, incluiu o caso para ser julgado.

Receba no seu email uma seleção de colunas e blogs da Folha

Carregando...

A fórmula matemática foi por gerações o terror de muitos aposentados. Ou melhor, ainda é, pois milhares deles tiveram referida regra cristalizada no cálculo de seus benefícios, principalmente aqueles que completaram mais de dez anos na condição de aposentado e agora terão que conviver com o fator previdenciário até o fim dos seus dias, pois não podem mais reclamar na Justiça a exclusão desse cálculo como redutor de renda.

A regra é maquiavélica, pois parte da premissa de que quanto mais tempo for a longevidade do aposentado menor será a renda a ser paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Seria uma espécie de punição ou de castigo pelo simples fato de o aposentado viver mais. Como o **INSS** não possui uma bola de cristal para saber quando cada um vai morrer, o caminho encontrado para estabelecer a longevidade foi a expectativa de vida do IBGE, método que até hoje é controverso e falho.

São vários os motivos da falibilidade do método do IBGE. O primeiro deles é que a expectativa de vida do homem é diferente da expectativa da mulher. O homem costuma morrer mais cedo. Mas para o **INSS** isso é irrelevante. Na norma contestada, a expectativa de vida do homem e da mulher é somada e dividida por dois. Simples assim. Quem se prejudica são os homens, pois eles costumam viver menos, mas têm o

cálculo da longevidade elevado ao serem atrelados à realidade das mulheres. Em segundo lugar, o IBGE demora a realizar o censo da população brasileira e assim alimentar os dados estatísticos, o que torna as tábuas de mortalidade defasadas e inconsistentes.

A esse respeito, o próprio IBGE já veio a público admitir que a metodologia adota por ele não conseguiu registrar todos os óbitos do primeiro ano da pandemia de Covid-19 e o impacto dessas mortes na expectativa de vida dos brasileiros. Em outras palavras, os aposentados estão fadados a terem suas rendas reduzidas, mesmo existindo indícios de que a metodologia do IBGE tem várias falhas.

Alheio a tudo isso, os ministros do STF vêm entendendo que a norma deve continuar a ser aplicada aos aposentados, pois esta não seria inconstitucional. Já são 25 anos que esse caso vem se arrastando nas prateleiras virtuais do Supremo. A tramitação do caso sofre períodos de hibernação, logo depois de a corte analisar o caso e haver interposição de algum recurso, quando o processo volta a ficar parado por longa temporada.

Mesmo que atualmente a maioria dos ministros se retratassem no entendimento dominante que vem sendo aplicado, e o caso se revertesse radicalmente a favor dos aposentados, eventual decisão positiva agora teria um alcance muito pequeno. Milhares de segurados que tiveram suas rendas achatadas em até 50%, ou mais, em virtude do fator previdenciário não poderiam ter acesso agora à eventual decisão positiva do STF, pelo fato de já terem morrido ou escoado o prazo de dez anos da revisão previdenciária.

Quem se aposentou nos últimos dez anos com a regra do fator previdenciário é quem poderia reclamar algo. Já quem se aposentou de 1999 a 2014, nada mais pode fazer. Em se tratando de direito fundamental, é inconcebível que uma corte constitucional leve 25 anos para julgar um caso dessa magnitude de forma definitiva. Embora tenham existido recursos, há hiatos temporais de processo totalmente inativo no Supremo.

Como dizia o jurista e polímata brasileiro Rui Barbosa, a "justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada". Neste caso do julgamento do fator previdenciário, se o STF julgasse o caso de forma favorável aos aposentados, seria uma decisão que

seria comemorada por alguns. Tantos outros só iriam se contentar em perceber que tiveram um cálculo estatístico do IBGE usado de forma equivocada em sua aposentadoria e nada mais poderiam fazer a respeito. Só lamentar a demora do STF.

LINK PRESENTE: Gostou deste texto? Assinante pode liberar cinco acessos gratuitos de qualquer link por dia. Basta clicar no F azul abaixo.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2024/02/julgamento-do-fator-previdenciario-completa-25-anos-no-stf.shtml>

Toffoli agora mira Transparência Internacional

DANIEL GULLINO E RAFAEL MORAES MOURA
politica@oglobo.com.br BRASÍLIA -

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que sejam enviados a ele documentos do acordo de leniência da J F, controladora da JBS, para investigar a atuação da ONG Transparência Internacional, voltada ao combate da corrupção. O despacho ocorre uma semana após a entidade ter divulgado um ranking relacionado à percepção de corrupção em que o Brasil caiu dez posições. Na ocasião, a TI apontou medidas do Judiciário, inclusive uma sentença de Toffoli, para justificar a queda.

De acordo com o magistrado, o acesso aos documentos requeridos visa a apurar "eventual apropriação indevida de recursos públicos" por parte da organização não governamental, que nega ter recebido ou gerenciado valores do acordo.

Na decisão em que ordena o envio das informações pela Procuradoria-Geral da República (PGR), Toffoli afirmou que é necessário apurar se a Transparência recebeu recursos destinados ao pagamento da multa da J F. O ministro disse considerar que "fatos gravíssimos" envolvendo a entidade não teriam passado "pelo crivo do Judiciário e do Tribunal de Contas da União".

No entanto, de acordo com o blog de Malu Gaspar, do GLOBO, essa suspeita já foi descartada em dezembro de 2020 em uma manifestação formal da própria PGR.

Na ocasião, a subprocuradora Samantha Dobrowolski, então responsável pela comissão que avalia casos de corrupção, informou que "a Transparência Internacional não recebeu e tampouco receberá qualquer tipo de remuneração pela assistência prestada", escreveu.

"Pelo contrário, desde a assinatura do memorando de entendimentos firmado entre todas as partes envolvidas, ficou estabelecida a proibição de qualquer transferência de recursos para que a instituição não governamental realizasse o apoio técnico cooperativo", completou.

DIVISÃO DOS VALORES A suspeita de que a TI estaria recebendo recursos públicos indevidamente

surgiu logo depois da divulgação das mensagens da Vaza-Jato, e foi encampada pelo então procurador-geral Augusto Aras, que chegou a mandar bloquear parte do dinheiro das multas da J F para que o caso fosse investigado. Foi nesse contexto que Dobrowolski produziu o ofício de 13 páginas encaminhado a Aras.

Em agosto de 2021, uma sindicância na corregedoria-geral do MPF também concluiu que a ONG não teve qualquer participação no acordo.

Inicialmente, os R\$ 10,3 bilhões da multa seriam divididos em quatro partes de R\$ 1,75 bilhão a serem distribuídos para BNDES, União, Funcef e à Petros (Fundação Petrobras de **Seguridade Social**), além de mais duas cotas de R\$ 500 milhões, uma para a Caixa e outra ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

Outros R\$ 2,3 bilhões seriam reservados para a execução de projetos sociais. Mas o grupo, que concordou com a multa em 2017, questiona agora a cifra, alegando excessiva onerosidade e contestando os cálculos adotados.

A decisão foi tomada a pedido do deputado Rui Falcão (PT-SP). Inicialmente, o pedido foi enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas o ministro Humberto Martins encaminhou a ação ao STF, por entender que havia relação com outros processos relatados por Toffoli.

Em dezembro, Toffoli suspendeu o pagamento da multa da J F, por considerar que "há no mínimo dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade da requerente ao firmar o acordo".

Na semana passada, a ONG divulgou sua lista anual de percepção de corrupção.

O Brasil ficou na 104ª colocação entre 180 nações avaliadas. A organização listou decisões do Judiciário que afetaram a queda, como a determinação de Toffoli de suspender pagamento de acordo de leniência. A ONG também já criticou outras decisões do ministro.

Em nota, a Transparência Internacional afirmou que são "falsas as informações de que valores recuperados através de acordos de leniência seriam recebidos ou gerenciados pela organização",

escreveu.

PGR tenta reverter suspensão de multa da J F

Sob pressão, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, entrou com um recurso ontem para derrubar a decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu em dezembro do ano passado multa de R\$ 10,3 bilhões do acordo de leniência de do grupo J F. A informação é da coluna de Malu Gaspar, do GLOBO.

O recurso é endereçado a Toffoli, relator do processo, mas Gonet pediu que o ministro determine a redistribuição do caso para outro colega, ou reconsidere a liminar, ou ainda que envie a controvérsia para o plenário.

Gonet pediu a redistribuição porque o acordo da J F foi contestado em uma ação que nada tem a ver com a empresa. Foi originalmente movida pelo presidente Lula para garantir acesso a dados do acordo da Odebrecht.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ajustar a previdência do jeito certo - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Demorou a surgir no radar a adoção de regimes previdenciários públicos de capitalização, solução ideal do problema previdenciário que deveria há muito ter sido usada pelos gestores, em que contribuições de servidores e dos entes públicos são recolhidas e aplicadas em fundos, para serem sacadas como aposentadorias e pensões vários anos e por um certo tempo à frente, e sem haver, em condições normais, qualquer impacto líquido adicional desfavorável sobre as contas públicas.

Já as contribuições convencionais de **servidores públicos** ao grande número de regimes próprios de "repartição simples" que ainda hoje prevalecem majoritariamente no país, se iniciaram como se fossem meras receitas correntes a engrossar os caixas dos entes e, portanto, um tributo qualquer.

Nesse último caso, o valor dos benefícios não decorre do resultado de uma aplicação, mas tem seu cálculo especificado em uma regra legal. Daí a deficits previdenciários anuais sistemáticos é só um passo.

Paralelamente, acumulam-se passivos atuariais que, em nosso caso, tendem a ser expressivos, e se definem pelo valor presente dos deficits financeiros anuais com base em uma taxa de juros adequada.

Nos regimes próprios de repartição simples, cabe aos patrocinadores cobrir as necessidades crescentes de caixa decorrentes da gestão previdenciária a partir de quando elas começam a surgir, o que nos leva ao grande drama dessa estória. Aqui, cabe lembrar que está embutido no regime de repartição simples a tendência inexorável ao descasamento entre o ritmo de crescimento do número de contribuintes e do de beneficiários, este último sempre mais intenso, daí surgirem deficits crescentes. Isso se dá por conta de vários fatores, entre eles transformações demográficas como a de que as pessoas estejam vivendo cada vez mais e, assim, recebendo benefícios por mais tempo, algo não previsto à época da definição da fórmula de cálculo daqueles.

Penso que, ao Governo Lula, falta o correto entendimento da dinâmica previdenciária e sua ligação com o problema macroeconômico brasileiro, daí a falta de disposição para enfrentar desequilíbrios

previdenciários de elevada magnitude como os que existem em nosso setor público, conforme venho indicando neste espaço, o que exigiria a zeragem de altíssimos deficits atuariais, enfrentamento esse que sempre enfrenta muita resistência, não importando que tal exigência tenha inclusive virado matéria constitucional (Emenda 103/19), cuja aprovação Lula herdou de gestões anteriores.

Dito de outra forma, passado o primeiro ano do atual governo, vê-se que a principal causa da derrocada dos investimentos públicos em infraestrutura e da resultante desabada da taxa de crescimento do **PIB**, ou seja, o desequilíbrio previdenciário, continua por aí firme e forte a exigir solução rápida e decisiva.

É nesse mesmo contexto que carrego nas minhas andanças vários gráficos que Lula precisaria ver. O primeiro traz a evidência da alta correlação entre investimento em infraestrutura e crescimento do **PIB** desde o início dos anos 70. Ou seja, sem um, o outro não acontece. (Isso, aliás, para quem, como ele, vive criando PACs, não deveria haver muitas dúvidas).

Com base em variáveis medidas em porcentagem do **PIB**, o segundo gráfico mostra a desabada chocante do investimento de origem pública em infraestrutura no mesmo período, que caiu não menos que oito vezes mesmo medido em porcentagem do **PIB**, enquanto a razão investimento privado/**PIB** oscilava levemente em torno da média de 1%. Ou seja, o problema está no âmbito público e cabe, portanto, a ele resolvê-lo.

E, assim, é de se esperar que, para onde o público for, o privado irá junto.

O terceiro gráfico, na verdade, é um conjunto de gráficos da despesa pública que mostra a maior disparada ocorrendo no item previdência municipal, depois na estadual e, finalmente, na federal. O gráfico fecha com a desabada dos investimentos, já citada. Ou seja, explodem uns e desaba o outro, e, na sequência, o **PIB**.

Tão simples quanto isso, lembrando que o problema extrapola o âmbito federal. O que fazer? Zerar os deficits atuariais de todos, e ponto final.

Sendo piauiense, tenho sempre em mente o ajustamento do problema previdenciário que ajudei a

implementar, em uma primeira fase, na recente gestão do Ministro Wellington Dias, à época como governador estadual. Neste momento, dedica-se à segunda parte da tarefa o novo Governador, Rafael Fonteles. Diante da gigantesca dimensão (e, portanto, importância) do problema dos entes subnacionais, torna-se necessário criar uma nova linha de frente pró-ajuste, que deveria ser coordenada, em nome de Lula, pelo Ministro Wellington, alguém que acaba de adquirir a experiência necessária para dar cabo dessa difícil tarefa.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Ajustar a Previdência do jeito certo

Dweck prevê "agenda comum" para reforma administrativa

Lu Aiko Otta

O governo quer estabelecer uma agenda comum com o Congresso Nacional, o Judiciário e a sociedade civil para discutir a reforma administrativa, disse ontem a ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. Embora não concorde com o fim da estabilidade de **servidores públicos**, ponto central da proposta enviada pelo governo de Jair Bolsonaro, a equipe de Luiz Inácio Lula da Silva não se recusa a debater o tema, afirmou.

A interlocução, explicou, será coordenada pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. A ideia é iniciar os diálogos após o carnaval para estabelecer a agenda.

O governo tem sido pressionado por especialistas em contas públicas e por integrantes do Congresso, entre eles o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pela realização de uma reforma administrativa como forma de fazer o ajuste fiscal pelo lado dos gastos.

Ontem, em reunião de uma câmara técnica do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) que trata de transformação do Estado, foi proposto que o governo apresente uma proposta ou um pacote de propostas sobre o tema. Dweck, porém, ainda não decidiu se adotará esse formato.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 dá margem à elevação de gastos, disse a ministra. Isso porque contempla uma espécie de "contrarreforma" previdenciária para forças de segurança. Por exemplo: diminui a idade para aposentadoria e estabelece paridade salarial entre ativos e inativos.

O potencial de redução de gastos está no ponto que permite reduzir jornada e salários de servidores em até 25%, caso a administração pública esteja fora dos limites de gasto com folha estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo Dweck, esse dispositivo poderia ser utilizado principalmente por prefeituras, em que o grosso dos servidores está nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Assim, há risco de precarização dos serviços.

A agenda que o governo quer propor pode contemplar

outros itens, como a regulamentação dos super-salários, estabelecendo formas mais eficientes de aplicar o teto remuneratório estabelecido pela Constituição.

A agenda poderia contemplar outros itens, como uma nova avaliação de desempenho dos servidores. A ministra mencionou um projeto de lei que aumenta a possibilidade de os cidadãos avaliarem o serviço prestado pelo governo. A ideia é que haja um ranking e que esse seja tornado público.

A avaliação de desempenho será feita de forma quantitativa.

No entanto, explicou, o servidor não será avaliado pelo número de horas que passou em reunião ou pelo número de notas técnicas que produziu, e sim pela contribuição que deu para que a unidade em que atua entregue os serviços pretendidos.

As primeiras avaliações nesse formato serão feitas em agosto, informou. No limite, disse a ministra, o servidor poderá ser demitido por baixo desempenho.

O programa de gestão de desempenho será útil para dimensionar a força de trabalho, disse Dweck. Outro fator que ajudará a determinar o tamanho do quadro de pessoal é o impacto da digitalização.

Em 2022, a despesa com pessoal do Executivo federal atingiu 3,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), um piso histórico, pontuou.

Até o fim deste governo, os **servidores públicos** deverão receber reajuste salarial de 19,3%, o que é superior à **inflação** de 16,5% esperada pelo período de 2023- 2026, informou Dweck. O índice, porém, é inferior aos 34% reivindicados pelos servidores.

A ministra admitiu que o governo foi "surpreendido" com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dá autonomia operacional ao Banco Central.

"Não tem posição de governo sobre o assunto", disse. A ideia é iniciar diálogo com o Congresso após o carnaval.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187783>

Lula afaga parlamentares

Ândrea Malcher**Evandro Éboli****Aline Brito**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) elencou ontem, durante a abertura do ano legislativo, as ações e programas do governo no último ano e defendeu a necessidade de uma relação harmoniosa entre os Três Poderes. O petista não compareceu à solenidade e enviou uma mensagem aos parlamentares, lida pelo primeiro secretário do Congresso, o deputado Luciano Bivar (União-PE).

Em meio a tensões entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) e reclamações envolvendo a articulação política do ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, Lula ressaltou que o diálogo entre os Três Poderes é uma condição necessária para a democracia e deve superar "filiações partidárias, preferências políticas ou disputas eleitorais".

O chefe do Executivo aproveitou a mensagem para afagar os parlamentares, reiterando que as vitórias do governo em 2023 ocorreram com a ajuda da Câmara e do Senado. "Todas essas vitórias conjuntas, algumas vindas de projetos apresentados pelo Executivo, outras oriundas de textos iniciados no Congresso Nacional, representam o nosso compromisso comum com o Brasil e o povo brasileiro", frisou.

Ele destacou o "importantíssimo" papel dos parlamentares para conquistas, como o marco fiscal, e avaliou a promulgação da **reforma tributária** como "um feito extraordinário".

"Em conjunto com os esforços do Executivo, ambas as Casas conseguiram criar as bases para um novo modelo tributário muito mais racional, justo e eficiente", elogiou Lula.

Programas como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos, Brasil Sorridente e Farmácia Popular, que retornaram neste terceiro mandato do presidente, foram citados por Lula como ações de inclusão social. Ele ainda abordou, em sua mensagem, a violência de gênero, a igualdade racial e a necessidade de proteção aos povos indígenas.

"A seriedade na condução da política econômica possibilitou que fechássemos 2023 com a **inflação** baixa e dentro da meta. Nosso Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu bem acima do que muitos estimavam no início do ano. Voltamos a gerar empregos com carteira assinada. E caminhamos para seguir crescendo de

forma consistente nos próximos anos", acrescentou.

O texto lido por Bivar lembrou, ainda, os ataques de 8 de janeiro de 2023, destacando que os chefes dos Três Poderes, na ocasião, foram firmes na resposta "à insanidade dos golpistas". "Os Três Poderes, em Brasília e em toda a Federação, se uniram e declararam em uma só voz que nossa Constituição é soberana. E que nunca mais o Brasil aceitará desvarios autoritários", escreveu Lula.

O vice-presidente do STF, Edson Fachin, foi outro a frisar que a "independência e a harmonia entre Poderes são fundamentais" e defendeu ser necessário depositar confiança nas instituições.

"Negociações republicanas, compromissos de interesse público, defesas de bandeiras e adesões a programas são as características inerentes ao domínio político e são vitais para a coesão social em qualquer sociedade", afirmou. "Na ausência dessas virtudes, nossas diferenças podem nos dividir a tal ponto que nos tornamos incapazes de reconhecer e valorizar a perspectiva alheia, empobrecendo nosso espírito coletivo. Por isso, cabe primeiramente à política resolver as crises políticas. Há aqueles que depositam esperanças em outras instituições para superar nossas divergências. Urge recomendar confiança, pilar e expressão sublime da ética da responsabilidade", declarou o magistrado.

Fachin declarou que o Congresso deve buscar "o equilíbrio possível para os problemas de hoje". E, em uma resposta indireta a senadores da oposição, que articulam propostas de emenda à Constituição (PEC) mirando o Judiciário - como a que fixa o mandato dos ministros em oito anos, a do fim do foro privilegiado e a das decisões monocráticas -, ressaltou: "Não é tarefa simples a de conciliar desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, segurança pública com respeito aos direitos humanos, realização de direitos urgentes de uma população carente com prudência fiscal. Mas não podemos tratar esses problemas apenas como peças em uma ação judicial. Ao Judiciário, o que é do Direito. Ao Legislativo, o que é do Parlamento. Ao Executivo, o que toca a administração pública".

"Todas essas vitórias conjuntas representam o nosso compromisso comum com o Brasil e o povo brasileiro" Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

"Ao Judiciário, o que é do Direito. Ao Legislativo, o que

é do Parlamento. Ao Executivo, o que toca a administração pública" Edson Fachin, vice-presidente do STF

Prioridades do Parlamento

A Câmara e o Senado retomaram as atividades em um ano que será impactado pelas eleições municipais, em outubro. Os presidentes das duas Casas, o deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), definiram itens prioritários para serem votados neste ano.

O primeiro deles é a regulamentação da **reforma tributária** aprovada e promulgada pelo Congresso no ano passado. Os deputados e senadores terão de analisar leis complementares encaminhadas pelo governo para regulamentar trechos incluídos pela reforma na Constituição.

Tanto Lira quanto Pacheco também pretendem analisar, neste ano, uma regulamentação da inteligência artificial. As ferramentas de IA estão cada vez mais presentes no mercado. Uma das preocupações está justamente com o uso de IA nas eleições municipais deste ano. A seguir, as principais pautas para 2024: Regulamentação da **reforma tributária**, na Câmara e no Senado O governo enviará, em breve, os projetos de lei complementar que vão regulamentar dispositivos da **reforma tributária**. Entre esses itens, por exemplo, está a alíquota do IVA, a definição do que estará na cesta básica e o sistema de cashback na conta de luz para a população de baixa renda.

Reoneração da folha de pagamentos, na Câmara e no Senado O presidente do Senado expôs, em seu discurso na abertura do ano judiciário, que a proposta será um dos itens a serem votados neste ano. Foi um recado para o Planalto, mas não significa que o caminho será a medida provisória já assinada por Lula. Pacheco e líderes do Congresso ainda tentam convencer o presidente a recuar e encaminhar um projeto de lei sobre o assunto (leia mais na página 7).

Inteligência artificial, na Câmara e no Senado Pacheco é o autor de um projeto já em tramitação no Senado sobre a regulamentação. Por um lado, a proposta assegura direitos aos cidadãos; e, por outro, estabelece regras de governança, fiscalização e supervisão para o desenvolvimento dessa tecnologia. No momento, o texto está em uma comissão temporária do Senado para analisar o assunto. O relator é o senador Eduardo Gomes (PL-TO). Lira também indicou que esse assunto será prioritário, mas não como será sua tramitação.

Modernização do código civil, no Senado Pacheco pretende incluir na pauta de 2024 um projeto de

modernização do código civil. No ano passado, o presidente do Senado formou uma comissão de juristas para analisar o assunto. Em abril deste ano, o grupo deve entregar ao senador um anteprojeto sobre o assunto. Somente a partir daí é que começará a tramitação.

Novo código eleitoral, no Senado O presidente do Senado pretende colocar em votação uma ampla reforma eleitoral. Há dois principais projetos em tramitação: o do código eleitoral e uma minirreforma eleitoral. A tendência é de que os dois sejam tratados em conjunto. O relator dos dois projetos é o senador Marcelo Castro (MDB-PI). As propostas estão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e já foram analisadas pela Câmara.

Paten e combustível do futuro, na Câmara Lira pretende ter como itens prioritários para 2024 a chamada "agenda verde". Estão no foco dessa pauta o projeto do combustível do futuro e o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten). O relator do PL do combustível do futuro, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), vai acrescentar no parecer o aumento em até 20% do percentual de biodiesel na mistura ao óleo diesel, por exemplo. O projeto, de autoria do Executivo, prevê uma série de iniciativas para reduzir a emissão de gás carbônico. Já o Paten cria um fundo de financiamento de projetos sustentáveis.

Ofensiva contra a reoneração da folha

»»*Rafaela Gonçalves* »»*VICTOR CORREIA*

Parlamentares que representam o setor produtivo no Congresso Nacional preparam um manifesto pedindo a devolução da Medida Provisória (MP) que trata da reoneração da folha de pagamento.

Em reunião, hoje, representantes de oito Frentes Parlamentares, que se denominam Frentes Produtivas, vão apresentar o documento e suas prioridades para o ano legislativo.

Anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em dezembro, após o início do recesso parlamentar, a Medida Provisória 1.202/2023 causou controvérsias.

Isso porque, entre outros itens, a matéria encerra a política de desoneração fiscal para 17 setores econômicos, que havia sido prorrogada naquele mesmo mês pelo Congresso Nacional.

O argumento do governo é que não havia, no orçamento para este ano, a previsão da prorrogação do benefício, que se encerraria em 2023. Os setores afetados, porém, criticaram a decisão.

Em janeiro deste ano, as frentes encaminharam ao presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e aos líderes partidários um ofício, no qual pediam a devolução imediata da medida provisória.

Em discurso, ontem, na reabertura dos trabalhos do Congresso, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira(PP -AL), disse que a Casa seguirá aprovando propostas do Executivo, como fez no ano passado, desde que haja respeito como contrapartida. "A boa política, como sabemos, apoia-se num pilar essencial: o respeito aos acordos firmados e o compromisso à palavra empenhada. E esse exemplo de boa política e honradez com os compromissos assumidos dados por esta Casa que marcou o ano de 2023 e permitiu que tantos avanços também será a tônica de 2024", ressaltou.

"E é por nos mantermos fiéis à boa política e ao cumprimento de todos os ajustes que firmamos que exigimos como natural e contrapartida o respeito às decisões e o fiel cumprimento aos acordos firmados com o Parlamento", frisou.

Já o ministro Haddad voltou a defender a necessidade de rever o benefício setorial, mas disse que vai

dialogar sobre a proposta do governo com o Congresso. "Se o Congresso entender que há outras alternativas a serem consideradas, nós, obviamente, vamos para a mesa ouvir. Mas nós apresentamos uma alternativa que, na minha opinião, é bastante consistente com aquilo que vem sendo desenvolvido pelo Congresso junto ao Executivo", disse.

Segundo o chefe da equipe econômica, o governo deve se reunir com líderes partidários para "abrir os números" e detalhar a alternativa. "O importante, nesse momento, é que o Congresso tome consciência dos números do orçamento aprovado no ano passado.

Tem uma coisa chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, e nós precisamos que qualquer gesto do Congresso na direção de um setor da economia seja compensado por medidas que equilibrem o orçamento", destacou.

"Nós temos que ter essa clareza de que tem uma lei complementar à qual as leis ordinárias estão subordinadas e é preciso compatibilizar isso para que não percamos o rumo que foi traçado no final do ano passado", emendou o Haddad.

A medida substitui a contribuição previdenciária patronal, de 20% sobre a folha de salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A ideia é de que esse mecanismo reduza os encargos trabalhistas dos setores desonerados e estimule a contratação de pessoas.

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática (Feinfra), Vivien Suruagy, destacou a importância de resolver em definitivo a questão.

"No nosso setor de telecomunicações, sem a desoneração, teremos quebra de empresas e desemprego.

Jovens em seu primeiro emprego e mães de família perderão o ganha pão, gerando uma crise social. Além disso, haverá um impacto negativo na expansão da conectividade", alertou.

Além da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), maior bancada das duas Casas Legislativas, assinarão o documento as Frentes Parlamentares do Empreendedorismo (FPE), do Material de Construção (FMC), do Comércio e Serviços (FCS), do Biodiesel

(FPBio), da Mineração Sustentável (FPMIn), do Livre Mercado (FPLM), e da Mulher Empreendedora (FPMEmp).

Os parlamentares também consideram como prioridade alterar a portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que dispõe sobre o trabalho nos feriados, e defendem a atuação de grupos de trabalho (GTs) paralelos para discutir a regulamentação da **Reforma Tributária**, aprovada no ano passado.

O governo está prestes a finalizar uma lista dos setores que poderão trabalhar durante feriados sem precisar de autorização. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse estar negociando com sindicatos e empresas e já adiantou alguns setores que devem ser liberados.

"No nosso setor de telecomunicações, sem a desoneração, teremos quebra de empresas e desemprego.

Jovens em seu primeiro emprego e mães de família perderão o ganha pão, gerando uma crise social"
Vivien Suruagy, presidente da Feinfra

Lira retorna com discurso de recados ao governo

Brasília - O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que é preciso que o governo federal cumpra acordos firmados e disse que o Orçamento da União não pode ser de autoria exclusiva do Executivo. O discurso do parlamentar foi feito durante a cerimônia de abertura do ano legislativo e foi repleto de recados ao governo Lula (PT). Nas últimas semanas, ele tem intensificado a fritura do ministro responsável pela articulação política, Alexandre Padilha.

"Seguiremos firmes na prática da boa política, pressuposto mais do que necessário para o exercício da própria democracia. E a boa política, como sabemos, apoia-se num pilar essencial: o respeito aos acordos firmados e o compromisso a palavra empenhada", disse, sob aplausos do plenário. O presidente da Câmara culpa o ministro por descumprimento de acordos, sendo o principal deles a liberação das verbas de emendas parlamentares negociadas com os deputados.

"O Orçamento da União pertence a todos e todas e não apenas ao Executivo, porque, se assim fosse, a Constituição não determinaria a necessária participação do Legislativo em sua confecção e final aprovação", disse Lira. "Não é, nem pode ser de autoria exclusiva do poder Executivo e, muito menos, de uma burocracia técnica, que, apesar do seu preparo e eu não discuto, não foi eleita para escolher prioridades da nação e não gasta sola do sapato percorrendo pequenos municípios brasileiros, como nós, parlamentares", afirmou ainda.

Um dos pontos de atrito entre o Executivo e o Legislativo neste começo de ano é o veto de Lula de R\$ 5,6 bilhões às emendas de comissão dos parlamentares, que tende a ser derrubado pelo Congresso. Há também queixas sobre a medida provisória editada pelo governo no fim do ano que trata da reoneração da folha de pagamento.

Em ano apertado pelas eleições municipais, quando tradicionalmente o Congresso fica mais esvaziado durante o processo eleitoral, os parlamentares deverão priorizar, novamente, pautas econômicas, a exemplo do que ocorreu em 2023. As declarações ocorrem num momento em que há uma escalada de tensões com Padilha, que estava a apenas uma cadeira de Lira na mesa na Câmara.

As emendas, um dos principais pontos de atrito, são uma forma com que deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso é atender seus redutos eleitorais, e não as localidades de maior demanda no país. Lira discursou em cerimônia que marca a abertura do ano legislativo no Congresso Nacional. Essa é a primeira fala pública do parlamentar no ano. Ele não participou do ato Democracia Inabalada, que marcou um ano dos ataques golpistas contra as sedes dos três Poderes em 8 de janeiro do ano passado, apesar de ele ter sido escalado para discursar no evento.

independência

Em seu discurso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a independência dos Poderes e a importância do Legislativo para a democracia. Segundo ele, temas como as políticas sociais e econômicas estarão entre as prioridades legislativas para 2024. Ele afirmou que a reforma eleitoral, a regulamentação da **reforma tributária**, a redução da miséria e da fome, além do foco nas questões de saúde, educação e segurança pública, estarão entre os principais assuntos do Legislativo neste ano.

O parlamentar defendeu a liberdade como um pilar da democracia, citando a liberdade de consciência, de religião, de imprensa e de expressão. Pacheco ressaltou, no entanto, que é preciso responsabilidade no exercício da liberdade. "O Congresso é o principal bastião da democracia brasileira. É o mais democrático dos poderes, pois o controle externo exercido pela sociedade sobre o Legislativo se manifesta decisivo a cada eleição", declarou.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, levou a mensagem de Lula, que foi lida pelo 1º secretário da Mesa, deputado Luciano Bivar (União-PE). Lula elogiou a atuação das instituições e a postura dos Três Poderes na defesa da democracia. O presidente destacou a produção legislativa do Congresso Nacional e pediu união e diálogo em torno dos principais desafios do país.

Na mensagem, ele mencionou as políticas sociais, a

transição ambiental, ações de infraestrutura e uma nova política industrial. Já o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, minimizou a pressão feita por Arthur Lira, dizendo que governo não rompeu nem nunca romperá relação com o Congresso. "Nunca existiu qualquer rompimento, nem nunca existirá. Este governo não gera conflito, nem entra em conflito. Estamos num grande esforço de reabilitação de relações institucionais no país. Por isso que o presidente Lula pediu para criarmos o ministério de relações institucionais", disse a jornalistas ao chegar à Câmara dos Deputados.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

"Conquistas como a desoneração (da folha) não podem retroceder"

Em um dos muitos recados enviados ao Palácio do Planalto, o presidente da Câmara, Arthur Lira, aproveitou para reafirmar seu plano de aprovação da desoneração da folha de pagamento, uma das pautas que dividem Executivo e Parlamento.

Ele criticou indiretamente o governo por tentar reverter decisões tomadas pelo Congresso, como no caso da derrubada do veto à desoneração. Após o Legislativo ter decidido o assunto, o Executivo enviou uma nova Medida Provisória sobre o tema.

- Vamos aprovar sempre o que for importante para o Brasil e para os brasileiros, mas não permitimos revisar matérias chanceladas por este Congresso Nacional. Não aprovaremos retrocessos de qualquer natureza. O Brasil pede para seguir em frente - cobrou.

Ele também tratou como tema irreversível o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse): - Temos pressa em crescer. Conquistas como a desoneração e o Perse, essencial para que milhões de empregos de um setor devastado pela pandemia se sustentem, não podem retroceder sem ampla discussão com este parlamento.

Lira contrapôs a situação de desoneração e do Perse com a do arcabouço fiscal.

Para ele, neste caso, tratava-se de uma mudança na legislação de interesse do "Estado". A alteração, aprovada logo após a eleição de 2022, permitiu que a gestão de Lula pudesse ampliar sua previsão de gastos.

- A Câmara discutiu, emendou e confirmou os parâmetros para aquilo que é bom para as contas públicas.

É uma lei de Estado, não de um governo.

Lira disse ainda que a Casa vai votar a nova etapa da **Reforma Tributária** e citou a reforma administrativa, tema em que há divergências de visões com o governo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mensagem do governo foca em agenda econômica

Renan Truffi, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Caetano Tonet e Julia Lindner

Na retomada do ano legislativo, o governo Luiz Inácio Lula da Silva indicou que concentrará esforços, em 2024, na regulamentação da **reforma tributária** e na implementação de uma "segunda etapa" dessa medida, focada, desta vez, na tributação sobre a renda. Além disso, a gestão petista projeta, para este ano, um crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) acima dos 2%, com aumento da oferta de crédito, de investimentos públicos e, por fim, com a redução da **inflação** e dos juros.

O cenário consta da mensagem presidencial, cujo texto foi entregue ao Congresso pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA), e lido na sessão pelo primeiro-secretário da Câmara, o deputado Luciano Bivar (União-PE). O enfoque dado à **reforma tributária** aparece logo no primeiro capítulo do documento.

"O governo dialogará com o Congresso Nacional para construir a segunda etapa da **reforma tributária**, focando na tributação sobre a renda", afirma o texto.

Ao reforçar o crescimento do **PIB**, o Executivo também defendeu um "aperfeiçoamento da tributação de produtos financeiros", como forma de atrair investimentos.

"A projeção de aumento do **PIB** segue acima de 2%, alavancado pelas ações de política econômica.

No texto, o Executivo defende também que o crescimento econômico deve ser guiado, neste ano, por aspectos como a redução dos juros, a ampliação do mercado de trabalho e o aumento nas concessões de crédito. Já o investimento será "impulsionado", segundo o governo, pelos bancos públicos e pelas chamadas PPPs, parcerias público-privadas, como as questões previstas para serem realizadas no âmbito do "Novo PAC".

No mesmo documento, o governo diz acreditar ainda que o processo de desinflação deve permanecer ao longo de 2024, exceto se "alterações climáticas de grande magnitude" e "conflitos geopolíticos no Oriente Médio e na Ucrânia" acabarem por provocar rupturas em cadeias de suprimento.

Por outro lado, em relação à meta da **inflação**, a gestão petista voltou a projetar 3% neste ano, "com convergência para o centro da meta", ainda que este valor seja diferente do que está sendo calculado pelo Banco Central (3,5%) e pelo mercado (3,81%).

Neste mesmo sentido, o texto de apresentação, assinado por Lula, também destacou o "cenário econômico estável e promissor" do país. "A seriedade na condução da política econômica possibilitou que fechássemos 2023 com a **inflação** baixa e dentro da meta", defendeu o presidente.

Na questão política, o presidente tentou passar uma mensagem de união e diálogo entre governo e Congresso Nacional, apesar da troca de farpas que acontece nos bastidores.

Segundo Lula, "em poucos momentos de nossa história o Congresso Nacional esteve tão ao lado das principais conquistas da sociedade".

"Juntos, e com muito diálogo, seguiremos criando as condições para que o Brasil ocupe o papel que lhe cabe no mundo", reforçou.

O documento destaca, no mesmo sentido, o "importantíssimo papel do Congresso Nacional" na aprovação de projetos da área econômica, como o novo marco fiscal do país, a **reforma tributária**, o "Desenrola" e o novo marco de garantias.

A mensagem faz ainda acenos ao agronegócio, dizendo que o Plano Safra 2023-2024 foi "o maior da história", à indústria, com um novo plano para o setor, e ao desenvolvimento sustentável, destacando o papel do Brasil como presidente rotativo do G20 e a realização da Confederação para o Clima da Organização Nações Unidas (COP 30) em 2025 em Belém.

O presidente afirmou também que políticas de inclusão social "infelizmente foram negligenciadas no passado recente", mas que "agora voltam ainda melhores", com o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e a Farmácia Popular, entre outros.

Por fim, Lula voltou a lembrar do 8 de Janeiro, quando radicais invadiram e depredaram as sedes dos três

Poderes em Brasília.

Segundo o presidente, a "resposta à insanidade dos golpistas foi tornar a democracia brasileira ainda mais forte e nossas instituições ainda mais sólidas". "Nunca mais o Brasil aceitará desvios autoritários."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187783>

Planalto vê pressão de Lira para emplacar sucessor na Câmara com apoio de Lula

O tom do discurso do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na abertura do ano Legislativo chegou ao Palácio do Planalto como um recado de que o parlamentar não abre mão de emplacar seu sucessor no comando da Casa em 2025. O deputado afirmou que errará quem apostar na omissão do Congresso por causa do ano eleitoral, disse que parlamentares não são meros carimbadores de decisões do Executivo e cobrou cumprimento de acordos por parte do governo.

Auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmam que o deputado já fez chegar ao chefe do Executivo que deseja o apoio ao candidato que Lira escolher para disputar o comando da Câmara. A um ano da disputa, o nome favorito do deputado para substituí-lo no comando da Câmara é o de Elmar Nascimento (União-BA).

Lula, no entanto, não tem sinalizado que pretende endossar diretamente candidatos ao posto. Além de Nascimento, também estão colocados os nomes dos deputados Marcos Pereira (Republicanos-SP), Antônio Britto (PSD-BA), Hugo Motta (Republicanos-PB) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL).

A leitura é de que Lula se comprometer com um deles, acabará rompendo com os outros, todos líderes de legendas das quais o Planalto espera contar com os votos para aprovar a pauta econômica. União Brasil, Republicanos, PSD e MDB possuem representantes no primeiro escalão do governo.

Auxiliares de Lula afirmam que Lira indicou que quer tratar pessoalmente de sucessão da Câmara com Lula. Inicialmente, essa conversa estava prevista para esta semana, mas, diante da agenda do presidente - que viaja nesta terça-feira ao Rio de Janeiro e na quarta para Minas Gerais -, poderá não ocorrer antes do carnaval.

Avisado do interesse de Lira em conseguir seu apoio para sucessão, pessoas próximas a Lula apostam que o próprio presidente não tem manifestado pressa em agilizar a agenda. Porém, o encontro de Lula nesta segunda-feira com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, no Palácio do Planalto, poderá acelerar uma reunião de Lula com Lira. A conversa com Pacheco foi marcada no dia da posse do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, na última quinta-feira.

Na última semana, Lira faltou aos dois eventos onde teria encontrado Lula pessoalmente: a posse de Lewandowski no Planalto e a cerimônia de abertura do ano Judiciário no Supremo Tribunal Federal.

Parlamentares próximos a Lira afirmam que o deputado quer contar com, no mínimo, a neutralidade de Lula na sucessão. O Planalto, no entanto, entende que o deputado tentará pressionar o governo a apoiar seu candidato em troca de um ano mais tranquilo na Câmara. Na leitura de integrantes do Planalto, Lira não aceita a ideia de não fazer seu sucessor e, por isso, subirá o tom para conseguir apoio. Articuladores de Lula afirmam que o deputado também deseja o apoio de Lula para disputar o Senado por Alagoas em 2026.

Os recados de Lira têm chegado até Lula pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, e pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), interlocutores do Planalto com o deputado, que cortou diálogo com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, desde o final do ano passado, por acusá-lo de não cumprir acordos de liberação de emendas. Na semana passada, Lira recebeu Rui Costa na residência oficial da Câmara.

A pressão de Lira para a substituição de Padilha não tem demonstrado efeito sob Lula, que tem indicado a auxiliares que irá mantê-lo no cargo. Pelo contrário, o movimento também é visto por pessoas próximas como algo que fortalece o ministro no núcleo mais próximo a Lula. Apesar do clima ruim entre Padilha e Lira, o Planalto vê a pauta econômica "blindada".

No discurso, Lira se comprometeu em avançar com propostas da área econômica defendidas pelo governo, como a regulamentação da **reforma tributária** e a chamada Pauta Verde".

A julgar pelo tom do discurso de Lira na abertura do ano Legislativo, o Planalto avalia que ele ainda aumentará mais a pressão ao longo do ano. Auxiliares de Lula, no entanto, veem o primeiro semestre como o mais desafiador, já na segunda metade do ano as atenções estarão voltadas para as eleições municipais.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/02/06/plan>

***alto-ve-pressao-de-lira-para-emplacar-sucessor-na-
camara-com-apoio-de-lula.ghtml***

Fazenda lança site com leis complementares da reforma tributária sobre o consumo (Capitalist)

Capitalist

|
por

Capitalist

O Ministério da Fazenda divulgou recentemente o lançamento de uma página dedicada à **Reforma Tributária** dos **impostos** sobre o consumo, aprovada em 2023. Saiba mais sobre as leis complementares da **reforma tributária** sobre o consumo no site do nosso parceiro, o Capitalist.

Os textos aqui publicados não refletem necessariamente a opinião do Grupo Record.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/capitalist/fazenda-lanca-site-com-leis-complementares-da-reforma-tributaria-sobre-o-consumo-06022024>

Governo fará PL para reoneração

**Caetano Tonet, Julia Lindner, Raphael Di Cunto e
Alessandra Saraiva**

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), afirmou que o governo deve enviar a proposta de reoneração de 17 setores intensivos em mão de obra através de um projeto de lei, desistindo da medida provisória (MP) 1202.

Ao Valor, Randolfe explicou que o governo está disposto a adotar a medida que confirma o acordo entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, firmado em reunião no dia 15 de janeiro.

"O governo está disposto a isso.

Eu diria que é praticamente certo que venha como projeto de lei", disse o senador.

O líder afirmou que, nesta terça-feira (6), líderes do Congresso irão se reunir com Haddad para debater o tema. "Amanhã nós vamos ter uma reunião com os líderes e com o ministro Haddad.

Líderes do Senado primeiro e depois líderes da Câmara", declarou Randolfe.

Em seu discurso na abertura dos trabalhos legislativos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que "conquistas" do Congresso como a desoneração da folha de salários e o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) "são essenciais para milhões de empregos de um setor devastado pela pandemia" e que "não podem retroceder sem ampla discussão com o Parlamento".

Nessa segunda-feira, no Rio, o ministro da Fazenda foi questionado sobre expectativas da pasta em relação à apreciação, no Congresso e no Senado, da proposta do governo de reoneração gradual da folha de pagamento.

"Como tudo que a gente fez ano passado, vamos sentar com os líderes e abrir os números", disse.

"O importante nesse momento é que o Congresso tome consciência dos números do Orçamento aprovado ano passado", afirmou depois de participar de palestra na Fundação Getúlio Vargas.

Ele lembrou a lei de responsabilidade fiscal. "Qualquer gesto do Congresso a algum setor da economia tem

que ser compensado com medidas que equilibrem o Orçamento", disse. "Nós temos que ter essa clareza. Tem uma lei complementar a qual as leis ordinárias estão subordinadas." Ao ser questionado se já havia conversado sobre alternativas, com os líderes das Casas, Haddad foi taxativo. "Nós apresentamos alternativas. Se o Congresso entender que há outras, nós vamos para a mesa ouvir", disse.

"Mas nós apresentamos uma alternativa que, na minha opinião, é bastante consistente daquilo que estamos desenvolvendo." O sistema de desoneração da folha permite que as empresas de alguns setores intensivos em mão de obra substituam a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Segundo empresários e sindicalistas, esse modelo contribui para a geração de empregos, pois reduz custos com contratações.

A MP que retoma a cobrança de **tributos** sobre a folha de pagamento dos 17 setores causou um desgaste entre Executivo e Legislativo.

Parlamentares pressionaram Pacheco a devolver a proposta do governo. Para evitar um atrito ainda maior, o presidente do Senado construiu a solução junto ao ministro da Fazenda e contou com o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No fim do ano passado, o Congresso aprovou a extensão da desoneração da folha até 2027. O modelo substitui a contribuição previdenciária patronal, de 20% sobre a folha de salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta da empresa.

"Se o Congresso entender que há outras alternativas, vamos ouvir"

Fernando Haddad

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187783>

Ministra fala em reajuste a servidores neste ano caso arrecadação aumente

BIANCA LIMA BRASÍLIA

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou que, caso a arrecadação federal siga surpreendendo e o governo não tenha de contingenciar (bloquear) gastos, as chances de um reajuste salarial linear neste ano aos funcionários do Executivo federal ficarão maiores.

Como o Estadão antecipou em setembro, o governo avalia usar parte de um crédito suplementar que poderá ser aberto em maio para corrigir o salário do funcionalismo em 2024.

Contas preliminares apontam que esse crédito pode ficar na casa dos R\$ 15 bilhões, mas ele só será aberto se a União arrecadar mais do que o previsto.

Além disso, a ministra afirmou que esse espaço extra para gastos só deverá ser viabilizado caso a equipe econômica não tenha de contingenciar despesas com o objetivo de alcançar a meta de déficit zero.

"Ainda temos o desafio de alcançar a meta para, aí sim, ter essa sobra", afirmou Esther em conversa com jornalistas.

"Eles (membros da equipe econômica) estavam muito preocupados em fechar as torneiras que faziam o governo perder receita. Eles foram fechando essas torneiras e, com isso, a arrecadação este ano está surpreendendo positivamente, porque é fruto desse trabalho", afirmou.

Segundo ela, o impacto das medidas arrecadatórias aprovadas pelo Congresso ficará mais claro ao longo do mês de fevereiro, quando os novos números de receitas e despesas deverão ser levados à Junta de Execução Orçamentária (JEO), colegiado formado pelos ministérios da Fazenda, da Gestão e do Planejamento.

Após um aumento linear de 9% em 2023, que teve impacto fiscal de cerca de R\$ 12 bilhões no ano fechado, o governo prevê apenas a correção de benefícios neste ano - o que desagradou aos servidores do Executivo, que pedem isonomia com os funcionários do Legislativo e Judiciário.

"O Orçamento de 2024 já foi impactado pelos 9% (já

que o reajuste começou a ser pago em junho de 2023) e a gente teve recomposição dos mínimos constitucionais de Saúde e da Educação. A Saúde, por exemplo, teve quase R\$ 40 bilhões de aumento em relação ao ano passado. Teve, ainda, a retomada dos investimentos e a alta real (acima da **inflação**) do salário mínimo. Ou seja, uma série de coisas que disputam espaço com o salário dos servidores.

Então tinha um espaço pequeno, por isso que a gente concentrou em benefícios", disse a ministra.

A proposta do ministério para este ano, apresentada na Mesa Nacional de Negociação Permanente, prevê um reajuste de 52% no auxílio-alimentação a partir de maio, além de correções no auxílio-creche (de R\$ 321 para R\$ 484,90) e no auxílio-saúde (de R\$ 144,38 para cerca de R\$ 215) - este último também beneficia os servidores inativos.

BENEFÍCIOS. Segundo Esther, com essas correções via benefícios, os funcionários que ganham até R\$ 10 mil, que representam 50% dos servidores federais, terão um reajuste bem próximo da **inflação**, ao redor de 4,5%.

A ministra também afirmou que o governo já se comprometeu com reajustes salariais em 2025 e 2026, ambos de 4,5%, o que faria com que a correção ao longo do governo Lula ficasse em 19,3% - acima do índice inflacionário projetado para o período, de 16,5%.

"Não repõe as perdas do governo anterior, mas evita que se tenha perda no mandato atual", disse a ministra.

Segundo ela, não há espaço orçamentário para recompor as perdas inflacionárias dos anos anteriores, como pedem as categorias.

-

Esther quer acordo entre os Poderes para reforma administrativa

Pressionada pelo Congresso a apresentar uma proposta unificada de reforma administrativa, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou que o Executivo

tentará construir uma agenda comum com Legislativo e, "provavelmente", com o Judiciário.

Segundo ela, essas conversas devem ter início após o carnaval. "O que a gente vai tentar, no diálogo com o Congresso, é escolher projetos que sejam prioritários para os dois: Legislativo e Executivo.

E Judiciário também, provavelmente", afirmou. "Esse tema, possivelmente, vai ter um apelo maior este ano. E a nossa proposta é sentar e discutir o que seria um projeto comum." O objetivo, segundo a ministra, é escolher projetos que sejam prioritários aos três Poderes.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Contas externas registram déficit de US\$ 28,6 bilhões

EDUARDO RODRIGUES CÉLIA FROUFE BRASÍLIA

O Brasil terminou o ano passado com um déficit de US\$ 28,6 bilhões em suas transações correntes com o exterior (uma conta que reúne a balança comercial, a balança de serviços e as transferências de recursos), segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). Esse é o melhor desempenho anual desde 2020, quando o saldo foi negativo em US\$ 28,2 bilhões. Em 2022, o resultado foi deficitário em US\$ 48,2 bilhões - dado revisado pelo BC.

A entrada de Investimentos Diretos no País (IDP) somou US\$ 61,9 bilhões em 2023, equivalentes a 2,85% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O número representa uma queda de 17% nos investimentos estrangeiros no País em relação a 2022, quando o montante de aportes no País havia sido de US\$ 74,6 bilhões.

O desempenho dos investimentos diretos foi o pior desde 2021, com aporte de US 46,4 bilhões no acumulado do ano.

A estimativa do BC para 2023 era de IDP de US\$ 60 bilhões, projeção que foi atualizada no Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) de dezembro.

INVESTIMENTO DIRETO. De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do B C, Fernando Rocha, o ponto positivo é que o volume de IDP segue bem superior ao déficit em conta corrente - são esses investimentos que costumam financiar o saldo negativo das transações correntes.

A principal queda do IDP em 2023, segundo Rocha, ocorreu em operações intercompanhias.

O recuo de um ano para o outro foi de 48%, destacou ele. Rocha disse também que, para esse tipo de investimento, importa muito mais a perspectiva de crescimento do País no longo prazo do que os dados correntes.

"Quando o País cresce, espera-se que o IDP cresça, mas pode ter alguma defasagem. Não é apenas o resultado corrente que importa, mas a perspectiva do crescimento do País, inserção global, retorno etc.", disse. Para 2024, há perspectiva de aumento do IDP pelo Banco Central. De acordo com o Relatório

Trimestral de **Inflação** de dezembro, a instituição projeta ingressos de US\$ 70 bilhões.

TURISMO. Rocha informou ainda que o gasto de estrangeiros com turismo no Brasil em 2023 superou o de anos de grandes eventos internacionais realizados no País, como a Copa do Mundo de Futebol (2014) e a Olimpíada (2016). No ano passado, o gasto dos estrangeiros em viagem ao Brasil ficou em US\$ 6,9 bilhões. "As receitas com viagens em 2023 foram reflexo dos maiores gastos de estrangeiros no Brasil na série histórica (do BC)", disse o técnico.

Cenário

R\$ 48, 2 bi foi o déficit nas contas externas em 2022, de acordo com o Banco Central

2,85% do Produto Interno Bruto (**PIB**) foi o valor do investimento externo no ano passado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

OCDE mantém previsão de alta de 1,8% para o PIB

GABRIEL TASSI LARA

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) divulgou ontem projeções atualizadas sobre sua expectativa de crescimento para os países do G-20. A previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil não foi alterada, permanecendo em 1,8% em 2024, e 2,0% para 2025, como na última publicação do órgão, em novembro de 2023.

Segundo a OCDE, os efeitos da política monetária mais restritiva nas maiores economias do mundo devem reduzir o crescimento do **PIB** global, para 2,9% em 2024, e 3,0% em 2025. Porém, a melhora das condições financeiras recentemente fizeram a organização aumentar sua projeção para este ano em 0,2 ponto percentual.

A OCDE destacou também que as despesas de famílias americanas e o mercado de trabalho resiliente sustentaram uma elevação na expectativa de crescimento do **PIB** dos EUA em 0,60 ponto percentual neste ano. Agora, a economia americana deve crescer 2,1% em 2024, e 1,7% em 2025.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo terá sistema para avaliação de serviço público

RENAN MONTEIRO renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA -

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou ontem que a Reforma Administrativa coordenada pela pasta já está sendo preparada desde o início do governo Lula, com um pacote de medidas. Entre elas está o lançamento de um sistema de avaliação dos serviços públicos, que poderá ser acessado pela população. O sistema será lançado após o primeiro semestre deste ano, mas a ministra não deu datas nem maiores detalhes: - Queremos um espaço de avaliação pela população. Claro, o servidor que presta serviço pode ser avaliado.

Mas a ideia (no momento) é uma avaliação da prestação de serviço daquele ministério e daquela área.

Outro eixo é a "transformação digital".

Em 2023, a pasta diz que economizou R\$ 1,4 bilhão com integração das bases de dados do governo federal. A economia foi conseguida com o cruzamento de bases de dados de diferentes órgãos para a checagem da concessão de benefícios, reduzindo as fraudes.

A ministra disse que o governo só vai considerar a possibilidade de reajuste nos salários de servidores se a arrecadação surpreender positivamente. Pelo arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas, há esse espaço apenas se a estimativa de arrecadação, a partir do segundo bimestre, for suficiente para superar a meta de resultado primário.

A meta é zerar o déficit este ano. O mercado prevê rombo de 0,8% do **PIB**.

-Se tiver isso (excedente), e achamos que não está fácil de acontecer, mas se houver, uma parte desses recursos iria para o aumento este ano. Depende da negociação, mas seria mais do que 2% (de reajuste) - disse Esther.

A ministra explicou que, para 2024, o espaço no Orçamento poderia crescer em cerca de R\$ 15 bilhões em maio, caso esse cenário otimista de arrecadação seja confirmado.

A explicação é que o projeto do Orçamento trouxe um crescimento das despesas de 1,7% acima da **inflação**. Porém, para 2024, foi aprovada a regra que permite um aumento de despesa de 2,5% acima do índice de preços. Assim, a diferença entre 1,7% e 2,5% corresponderia aos R\$ 15 bilhões.

O governo Lula apresentou no fim do ano passado uma proposta de reajuste de 52% no auxílio-alimentação a partir de maio. Com isso, o benefício passaria a ser de R\$ 1 mil. O valor equivale ao dos Poderes Legislativo e Judiciário.

AUTONOMIA DO BC SURPREENDEU Segundo a ministra, o governo Lula foi surpreendido pela proposta de emenda à Constituição (PEC) que confere autonomia financeira ao Banco Central (BC) e ainda não tem uma posição sobre o texto. O texto está em discussão no Senado, e a ministra será uma das responsáveis por avaliar a proposta.

- O governo foi meio surpreendido pela proposta e, internamente, estamos vendo os impactos dessa proposta. O ministério vai participar bastante do debate - afirmou Esther. - Estamos discutindo, vendo as implicações, mas não há uma posição definitiva do governo.

A proposta amplia a autonomia do BC para dar independência financeira e orçamentária ao órgão, tornando-o uma empresa pública. Hoje, a instituição tem autonomia operacional, mas depende do Tesouro. A mudança pode afetar os servidores, que poderiam sair do regime jurídico único.

A PEC foi apresentada pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), com o apoio de parlamentares da oposição e do presidente do BC, Roberto Campos Neto. A ministra reconheceu que a PEC irritou o PT: - Você está transformando uma autarquia em uma empresa especial.

Estamos discutindo o que significa essa mudança.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Gastos de turistas no Brasil têm maior patamar desde 1995

RENAN MONTEIRO renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA -

O primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva registrou recorde nos gastos de estrangeiros no Brasil, conforme dados do Banco Central divulgados ontem.

Na conta de viagens, os turistas do exterior gastaram US\$ 6,9 bilhões no país em 2023, o maior valor da série histórica do BC, iniciada em 1995.

O mais próximo desse patamar foi o ano de 2014, quando os turistas gastaram US\$ 6,84 bilhões, durante a Copa do Mundo. Em 2022, os turistas estrangeiros injetaram US\$ 4,9 bilhões no país.

No ano passado, o Brasil recebeu 5,9 milhões de estrangeiros.

A Argentina respondeu pelo maior número: 1,88 milhão. Depois vêm Estados Unidos, com 668,4 mil; Chile, com 458,5 mil; Paraguai, com 424,4 mil; e Uruguai, com 334,7 mil, como os países que mais enviam turistas ao Brasil.

Para elevar o número de visitantes estrangeiros, a Embratur diz que tem buscado ampliar a conectividade aérea internacional.

O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, afirma que há uma confluência de fatores para o recorde da série histórica, como projetos do órgão e, segundo ele, as viagens do presidente Lula para "reconectar o Brasil ao mundo": - Com um portal de inteligência de dados, sabemos que turista vem para o Brasil e qual a demanda na Argentina, EUA, Chile, França, e podemos promover o Brasil.

Há também um diálogo muito profundo com as companhias aéreas, para estudo de novos voos.

O número pode não se repetir este ano, quando passa a vigorar a exigência de visto para turistas provenientes do Canadá, Austrália e EUA. A medida foi adiada para abril, após pedido da Embratur.

Já a despesa de brasileiros com viagens para o exterior foi a maior desde antes da pandemia. Foram gastos US\$ 14,5 bilhões lá fora, contra US\$ 17,5 bilhões em 2019.

Na série histórica do BC, os anos de maiores despesas de brasileiros no exterior foram 2013 e 2014, com gastos superiores a US\$ 25 bilhões.

INVESTIMENTO CAI O BC informou ainda que os investimentos diretos no país (IDP) totalizaram US\$ 62 bilhões no ano passado. Foi uma queda de US\$ 12,6 bilhões em relação a 2022, quando entraram US\$ 74,6 bilhões.

Em proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), esse tipo de investimento fechou o ano em 2,85%, contra 3,82% em 2022.

Além disso, as transações correntes do Brasil - que medem a entrada e saída de dólares - registraram melhora em 2023. O déficit ficou em US\$ 28,6 bilhões, ou 1,32% do **PIB**, abaixo do acumulado em 2022, de US\$ 48,3 bilhões, ou 2,47% do **PIB**. Isso se deve à queda das importações e ao aumento das exportações.

No ano passado, as vendas externas cresceram 1,2%, a US\$ 344,4 bilhões, e as compras recuaram 10,9%, a US\$ 263,9 bilhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com US\$ 28,6 bi, déficit na conta corrente de 2023 é menor em 6 anos

Estevão Taiar e Alex Ribeiro

O déficit nas contas externas do Brasil fechou 2023 no menor patamar em seis anos. Além disso, foi coberto com folga por investimentos de longo prazo, o que deve se repetir em 2024.

No ano passado, o déficit em transações correntes do Brasil ficou em US\$ 28,6 bilhões, o equivalente a 1,32% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo o Banco Central. Foi o menor nível do indicador desde 2017, quando ficou em 1,23%, sempre em relação ao **PIB**.

As transações em conta corrente medem a diferença entre o que o país gasta e recebe nas transações internacionais relativas a comércio, rendas e transferências unilaterais. No entanto, um déficit menor ou um superávit nessas transações não são necessariamente notícias positivas, já que podem estar ligados a um desempenho mais fraco da economia, por exemplo.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, afirmou, em entrevista coletiva, que o principal fator para a redução do déficit em 2023 foi o "crescente superávit na balança comercial". Segundo a metodologia adotada pela autoridade monetária, as exportações superaram as importações em US\$ 80,5 bilhões no ano passado, recorde para toda a série histórica.

Em sentido oposto, outra das principais contas das transações externas, a renda primária, teve déficit de US\$ 72,42 bilhões - o maior resultado negativo de toda a série. Rocha destacou que um dos motivos foi a elevação global das taxas de juros, que gerou déficit de US\$ 27,7 bilhões na conta de juros. Já os lucros e dividendos, influenciados pela queda de quase US\$ 10 bilhões nas receitas, tiveram a maior remessa líquida desde 2012, alcançando US\$ 45 bilhões. Outro destaque de 2023 foram os gastos de turistas estrangeiros no Brasil, que alcançaram o maior patamar da série, atingindo US\$ 6,9 bilhões.

Rocha chamou atenção para o fato de o número superar os dados de 2014 e 2016, quando houve no Brasil, respectivamente, a Copa do Mundo e a Olimpíada.

Já o Investimento Direto no País (IDP) terminou o ano passado em US\$ 61,9 bilhões, ou 2,85% do **PIB**. Fazem parte do IDP os recursos destinados à participação no capital e os empréstimos diretos concedidos por matrizes de empresas multinacionais as suas filiais no país e vice-versa, assim como o retorno de investimento brasileiro no exterior. Por mirarem um prazo maior, esses recursos também são considerados por diversos economistas a principal fonte de financiamento de déficit externo. Assim, mesmo tendo recuado em relação aos 3,82% do **PIB** de 2022, o IDP do ano passado foi mais do que suficiente para cobrir o resultado negativo das transações correntes.

Para 2024, o BC projeta pequeno crescimento do déficit, para 1,5% do **PIB**, principalmente por causa da estimativa de crescimento das importações. O IDP, de acordo com os cálculos da autoridade monetária, também deve ter pequena alta, para 3% do **PIB**.

Em relatório, o diretor do departamento de pesquisa econômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, diz que "a dinâmica de curto prazo das transações em conta corrente permanece benigna". Ele afirma que fatores como a própria balança comercial e uma taxa de câmbio "competitiva" devem "mitigar o impacto da demanda externa mais fraca".

Mas também diz que "um ajuste fiscal profundo" é essencial "para permitir um ajuste permanente e estrutural das transações em conta corrente e criar espaço" para a expansão do investimento "sem piorar as contas externas".

A autoridade monetária ainda divulgou ontem que o estoque do IDP em 2022 superou pela primeira vez, a marca de US\$ 1 trilhão. O indicador terminou o ano retrasado em US\$ 1,056 trilhão, alta de 12,2% ante 2021 e o equivalente a 42% do **PIB**. Os EUA eram a principal fonte desses recursos, com participações importantes também de Reino Unido, França e China.

Em relação aos setores, os serviços financeiros eram os principais destaques, seguidos por comércio, gás natural e extração de petróleo.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187783>

Desidratado, plano de Milei gera dúvidas sobre impacto fiscal

Roberto Lameirinhas

Desidratada, a "Lei Ônibus" mesmo se não sofrer mais alterações na Câmara argentina, que retoma hoje as votações, já não seria suficiente para estabilizar a economia do país, dizem analistas. Aprovado em termos gerais na sexta-feira, o pacote com parte das reformas do presidente Javier Milei perdeu artigos cruciais para reduzir o déficit fiscal e atrair investimentos para o país voltar a crescer.

"Lamentavelmente o capítulo mais importante do ponto de vista da estabilização, que era o capítulo fiscal, foi retirado da lei. Assim, o programa que foi anunciado para chegar ao déficit zero hoje não existe", afirmou Luis Secco, analista da consultoria *Perspectiv@s Económicas*. "O programa originalmente desenhado por Milei era um sistema no qual uma medida dependia de outra para que houvesse um plano integral com alguma chance de êxito." "E, sem uma correção fiscal rápida, as dúvidas sobre a solvência do setor público continuarão", afirmou.

"A possibilidade de não recorrer mais ao financiamento do déficit, que alimenta ainda mais a **inflação**, está crucialmente ligada a esse ajuste", disse Secco.

Dante Moreno, analista da consultoria EPyCA, acrescenta que "Milei não tem um plano econômico definido, mas atua em função de objetivos de médio e longo prazo, sem olhar para o curto". "E, no curto prazo, há uma série de problemas que incluem aumento de combustíveis, da passagem do ônibus, de trens, da energia elétrica que os economistas enxergam da ótica de que vai impactar pesadamente o bolso das pessoas. O clima social começa a se complicar, com a sensação da população de que sua situação não melhorou em relação à de meses atrás." Uma pesquisa feita pela consultoria de Buenos Aires Poliarquía mostra que o apoio a Milei - eleito em novembro e no poder há menos de dois meses - continua alto, mas vem caindo. Em janeiro, ele tinha 58% de apoio, uma queda de 9 pontos percentuais em relação a dezembro. O capital político começa a se esgotar e a imagem do governo deve sofrer o impacto de taxas mensais de **inflação** prevista entre 25% e 30% para janeiro e fevereiro, segundo o próprio Ministério da Economia.

Outra parte importante da reforma de Milei, o pacote

do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) - anunciado nos primeiros dias do governo - também tem sido esvaziado por decisões judiciais.

A reforma trabalhista, que limitava ou suprimia vários direitos, foi considerada inconstitucional pela Justiça. Outras regras, como a que desregulamentava a atuação de seguros de saúde privados, também caíram nos tribunais.

Para piorar, no âmbito político, divergências entre governadores e o Executivo nacional se aprofundaram nos últimos dias, projetando mais dificuldades para Milei.

Graças a um acordo com governadores da oposição "amigável", o governo conseguiu aprovar o conjunto da lei na sexta-feira, apesar de ter uma bancada de 38 entre 257 deputados. Mas, para isso, teve de retirar do pacote todo o capítulo da reforma fiscal, com o qual pretendia reduzir o déficit a zero neste ano. Dos 664 artigos, o projeto foi reduzido para cerca de 350.

Os governadores e líderes de partidos de direita e da centro-direita, porém, exigem agora que o imposto de importação seja compartilhado com as províncias. Milei, ao embarcar ontem para uma viagem de dez dias para o exterior, reiterou que não dará nenhuma parcela do imposto às províncias.

"As províncias precisam dos fundos e os governadores tomaram a recusa de Milei como a ruptura do acordo político que levou à aprovação na sexta-feira", disse Dante Moreno, da consultoria EPy- CA. "Esse triunfo da semana passada pode se tornar uma vitória de Pirro. Se Milei mantiver sua posição irredutível, o que restará da lei não terá nenhum efeito prático."

"O programa que foi anunciado para se chegar ao déficit zero já não existe"

Luis Secco

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187783>

Protesto contra a fome na Argentina

Com os preços dos produtos da cesta básica subindo acima da **inflação**, um número cada vez maior de argentinos enfrenta dificuldade para comprar alimentos e engrossam as filas de refeitórios comunitários. Ontem, centenas de pessoas (foto), incluindo representantes de organizações sociais e comunitárias, se aglomeraram em frente ao Ministério de Capital Humano para pedir ajuda alimentícia. A ministra Sandra Pettovello recusou-se a atender as pessoas que esperaram por mais de quatro horas numa fila que se estendeu por 20 quadras. Mas diante da pressão, Pettovello acelerou a assinatura de convênios de assistência alimentar com a igreja evangélica e católica. Em meio a uma **inflação** alta e recessão, a população mais pobre sofre com os aumentos nos alimentos e transportes.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187783>

Dólar e juros sobem com economia resiliente nos EUA

Maria Fernanda Salinet, Eduardo Magossi, Arthur Cagliari, Matheus Prado e Victor Rezende De São Paulo

A resiliência da economia americana, reforçada ontem pela divulgação de dados de serviços acima do consenso, seguiu reduzindo a visibilidade de agentes em relação ao início do ciclo de afrouxamento monetário pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e provocou nova rodada de avanço dos juros e do dólar. A moeda americana superou o patamar dos R\$ 5 nas máximas. No fim do dia, a dinâmica foi suavizada e as taxas locais se aproximaram dos ajustes, mas o movimento dos últimos dias mostra uma cautela renovada dos investidores com o rumo dos juros nos Estados Unidos.

Os rendimentos dos Treasuries de 10 anos subiram a 4,168%, de 4,023%, e o título de trinta anos avançou de 4,222% para 4,345%, enquanto a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 avançou de 9,70% para 9,71%; e a do DI para janeiro de 2029 oscilou de 10,30% para 10,305%. E o dólar subiu 0,27%, cotado a R\$ 4,9817, depois de ter subido a R\$ 5,0174 na máxima do dia. O Ibovespa, por sua vez, subiu 0,32%, aos 127.593 pontos.

Os índices de gerentes de compras (PMI) do setor de serviços dos Estados Unidos vieram mais fortes que o previsto, o que reforçou a preocupação do mercado com a resiliência da economia americana após o "payroll" (relatório de empregos) de janeiro também superar estimativas.

O PMI de serviços de janeiro da S P Global subiu de 51,4 para 52,5 pontos, maior nível em sete meses, impulsionado por serviços financeiros, que avançaram na expectativa de juros mais baixos. Já o PMI da ISM saltou de 50,5 para 53,4.

"O setor de serviços iniciou o ano com bastante impulso. O salto nos preços pagos por si só não impedirá o Fed de embarcar num ciclo de flexibilização, mas joga mais água fria na ideia de que os cortes nas taxas são iminentes. Também ajuda a justificar a posição cautelosa do Fed", diz o economista Tim Quinlan, do banco Wells Fargo.

Segundo ele, o componente de preços pagos do PMI da ISM registrou em janeiro a maior alta mensal desde

agosto de 2012, saltando de 56,7 em dezembro para 64. "O maior salto nos preços pagos em mais de uma década é inconsistente com o retorno da **inflação** à meta de 2% do Fed ao longo do tempo.

E o dado foi divulgado logo depois do "payroll" que mostrou um crescimento médio dos salários horários de 0,6% em janeiro, o dobro do esperado. Ficou menos claro se a espiral de aumentos nos salários e preços foi totalmente evitada." Com sinais de uma economia ainda forte, membros do Fed também contemporizam sobre quando se dará o início dos cortes. Presidente da autoridade monetária, Jerome Powell disse em entrevista ao programa de televisão americano "60 Minutes" que a instituição será cautelosa para definir quando começará a cortar as taxas, além de achar improvável que o colegiado faça cortes na reunião de março.

Austan Goolsbee, presidente da regional do Fed em Chicago, reiterou que gostaria de ver mais dados favoráveis sobre **inflação**, em entrevista à "TV Bloomberg". E um artigo publicado ontem do presidente da distrital de Mineápolis do Fed, Neel Kashkari, reforçou que o atual nível do juro real nos Estados Unidos pode não ser tão restritivo quanto o esperado. Ele afirmou que a taxa neutra, embora difícil de estimar, deve ser mais elevada agora, considerando que a **inflação** diminuiu enquanto o emprego e o crescimento econômico permaneceram relativamente fortes.

Embora os números recentes tenham surpreendido e indiquem que o dólar deve permanecer mais forte no curto prazo, Marcel Yagui, gestor de moedas da BlueLine, mantém uma visão construtiva para o real. "A atividade americana tem se mostrado bem mais robusta do que o esperado pela maioria do mercado, mas estamos tendo mais paciência para mudar nossa cabeça", afirma. "Ainda que seja um ambiente de dólar mais forte, não necessariamente significa que vai ser de real muito mais depreciado, porque tem outras forças ajudando nossa moeda, como a balança [comercial] e o aumento de produção de energia." Yagui diz que os dados mais fortes não significam que o Fed não irá reduzir os juros neste primeiro semestre. "Se a parte de **inflação** continuar em nível benigno, vai permitir ao Fed fazer algum ajuste na taxa de juros. Pensando no lado do juro real, com a queda da **inflação**, você tem um nível bastante restritivo. Não

necessariamente teremos que ver esse mercado de trabalho desacelerando tanto." Mas, para isso, os dados de **inflação** precisam continuar em linha ou apresentar melhora, no sentido de perda de força, diz. Ele lembra que nesta sexta-feira a revisão de dados de preços nos EUA deve ser um evento importante, já que pode colocar em xeque os números mais construtivos da evolução dos preços apresentada até agora. "Obviamente, se a revisão mostrar uma **inflação** um pouco mais alta do que se imaginava, com uma trajetória de ascensão, poderemos ver o mercado bem mais apreensivo porque, nesse caso, você tem atividade e **inflação** jogando contra [o início da flexibilização das taxas]." A BlueLine reduziu um pouco sua posição em real e aumentou a posição comprada em dólar contra outras moedas, ficando liquidamente comprada na moeda americana. Assim como a gestora, outros investidores locais reduziram suas posições em real. Dados da B3 mostram que nas duas últimas sessões, a posição vendida em dólar mini, dólar futuro, swap e cupom cambial (DDI) pelo investidor local caiu US\$ 4,93 bilhões para o patamar de US\$ 12,5 bilhões (o menor desde 14 de dezembro).

"Tem outras forças ajudando nossa moeda, como a balança [comercial] e o aumento de produção de energia" Marcel Yagui

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187783>